

INBRANDS S.A.
(Companhia Aberta)
CNPJ/MF nº 09.054.385/0001-44
NIRE: 35.300.362.870

PROPOSTA DA ADMINISTRAÇÃO

Senhores Acionistas:

Em atenção ao disposto na Instrução nº 481 da Comissão de Valores Mobiliários ("CVM"), de 17 de dezembro de 2009 ("ICVM 481"), apresentamos a seguir a proposta da Administração ("Proposta") da **INBRANDS S.A.**, ("Companhia"), contendo as informações e documentos relacionados aos assuntos a serem deliberados na Assembleia Geral Ordinária da Companhia, a ser realizada às 9:00 horas do dia 30 de abril de 2014, na sede social da Companhia, localizada na Cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, na Rua Coronel Luis Barroso, 151, Santo Amaro, CEP 04750-030.

1. DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS RELATIVAS AO EXERCÍCIO SOCIAL ENCERRADO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2013.

O Relatório da Administração e as Demonstrações Financeiras da Companhia preparadas pela administração da Companhia, referentes ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2013, acompanhadas das Notas Explicativas e do Parecer dos Auditores Independentes.

Os comentários dos diretores sobre a situação financeira da Companhia, exigidos pelo item 10 do Formulário de Referência, conforme artigo 9º da ICVM 481, constam do **ANEXO I** a presente Proposta.

2. PROPOSTA DE DESTINAÇÃO DO RESULTADO DO EXERCÍCIO SOCIAL ENCERRADO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2013.

A proposta de destinação do resultado do exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2013, correspondente a R\$ 36.410.295,58, nos seguintes termos:

2.1. R\$ 1.820.514,78 para constituição de reserva legal, correspondente a 5% do lucro líquido do exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2013, não podendo exceder a 20% do capital social. A reserva legal tem por fim assegurar a integridade do capital social e somente poderá ser utilizada para compensar prejuízo e aumentar capital.

2.2. R\$ 5.767.588,58 para pagamento de dividendos, correspondendo a R\$ 0,06078 por ação, sem retenção de Imposto de Renda na Fonte, conforme legislação em vigor. Farão jus aos referidos dividendos os acionistas registrados como tal em 30 de abril de 2014, sendo que a partir de 01 de maio de 2014, as ações da Companhia passaram a ser negociadas *ex-dividendos*.

2.3. R\$ 11.519.426,50 referente à absorção do prejuízo acumulado nos períodos anteriores, e R\$ 17.302.765,73 referente ao saldo remanescente de lucros acumulados, constituída como reserva de retenção de lucros nos termos da Lei das Sociedades por Ações, para atender ao projeto de crescimento dos negócios estabelecido no plano de investimentos, conforme orçamento de capital proposto pelos administradores da Companhia, a ser deliberado em Assembleia Geral.

A proposta de destinação do lucro líquido do exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2013, nos termos do Artigo 9º da ICVM 481, consta no **ANEXO II** a presente Proposta.

3. PROPOSTA DE REMUNERAÇÃO DOS ADMINISTRADORES

Proposta de remuneração global anual dos membros do Conselho de Administração e da Diretoria para o exercício de 2014 de até R\$ 9.869.668,12.

As informações sobre a remuneração dos administradores exigidas pelo item 13 do Formulário de Referência, nos termos do Artigo 12 da ICVM 481 constam do **ANEXO III** a presente.

Permanecemos à disposição para quaisquer esclarecimentos que se façam necessária.

São Paulo, 31 de março de 2014.

RAFAEL SALVADOR GRISOLIA

Diretor Administrativo e Financeiro e de Relação com Investidores

ANEXO I

COMENTÁRIOS DOS DIRETORES SOBRE A SITUAÇÃO FINANCEIRA DA COMPANHIA, EXIGIDOS PELO ITEM 10 DO FORMULÁRIO DE REFERÊNCIA, CONFORME INSTRUÇÃO CVM Nº 480/09

10.1 OS DIRETORES DEVEM COMENTAR SOBRE:

a) CONDIÇÕES FINANCEIRAS E PATRIMONIAIS GERAIS

A Inbrands S.A. tem como principal estratégia ser uma consolidadora de marcas ícones e estabelecidas no cenário da moda brasileira, buscando a escala, a competitividade em custos, as melhores práticas, as sinergias e principalmente atrair e reter talentos capazes de inovar e transformar.

A companhia conta com um portfólio de marcas especiais, que entende estar perfeitamente alinhado com sua estratégia. O sucesso das aquisições, iniciadas em 2008, representa um diferencial muito competitivo e difícil de ser replicado. O atual estágio da Inbrands é de consolidação interna de processos e estrutura no sentido de evolução e geração de valor, através da busca incansável de eficiência com crescimento, norteadada pela disciplina financeira.

As informações financeiras contidas nos itens 10.1 a 10.8 deste Formulário de Referência são derivadas de nossas demonstrações financeiras consolidadas, aos exercícios encerrados em 31 de dezembro de 2011 em 31 de dezembro de 2012 e em 31 de dezembro de 2013.

As nossas demonstrações financeiras relativas exercícios encerrados em 31 de dezembro de 2011, em 31 de dezembro de 2012 e em 31 de dezembro de 2013, compreendem as nossas demonstrações financeiras consolidadas elaboradas em conformidade com as Normas Internacionais de Relatório Financeiro ("IFRS") emitidas pelo *International Accounting Standards Boards - IASB* e de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, identificadas como "Consolidado (BR GAAP e IFRS)".

Resumo do Resultado	4T13	4T12	Var. (%)	2013	2012	Var. (%)
Receita Bruta	338.598	344.795	-1,8%	1.143.806	1.002.073	14,1%
Receita Líquida	260.319	267.096	-2,5%	905.939	779.890	16,2%
Lucro Bruto	164.805	158.212	4,2%	562.380	445.774	26,2%
<i>Margem Bruta</i>	<i>63,3%</i>	<i>59,2%</i>	<i>4,1 p.p.</i>	<i>62,1%</i>	<i>57,2%</i>	<i>4,9 p.p.</i>
EBITDA	52.243	40.723	28,3%	127.291	42.436	200,0%
<i>Margem EBITDA</i>	<i>20,1%</i>	<i>15,2%</i>	<i>4,8 p.p.</i>	<i>14,1%</i>	<i>5,4%</i>	<i>8,6 p.p.</i>
Lucro Líquido	25.785	34.324	-24,9%	36.925	(14.188)	360,3%
<i>Margem Líquida</i>	<i>9,9%</i>	<i>12,9%</i>	<i>-2,9 p.p.</i>	<i>4,1%</i>	<i>-1,8%</i>	<i>5,9 p.p.</i>
EBITDA Ajustado	55.745	55.053	1,3%	140.442	80.582	74,3%
<i>Margem EBITDA Ajustada</i>	<i>21,4%</i>	<i>20,6%</i>	<i>0,8 p.p.</i>	<i>15,5%</i>	<i>10,3%</i>	<i>5,2 p.p.</i>

Destaques do último trimestre e do ano de 2013

Encerramos o último trimestre de 2013 de forma bastante positiva e superando os desafios da alta sazonalidade de vendas do período. No varejo, as lojas estavam abastecidas com o mix adequado de produtos e nossa equipe de vendas reforçada com pessoal extra (treinados e motivados com um programa de incentivos de vendas adequado ao nosso segmento). Na comparação com o mesmo período de 2012, nossas vendas em lojas próprias (varejo), mesmo em um cenário de mercado não tão favorável, mostrou indicadores expressivos: um crescimento do SSS de 13,7% e uma receita líquida de R\$1.553 por m² (crescimento de 16,5% versus o 4T12). Embora tenhamos esse crescimento no varejo, o total da receita do trimestre na companhia foi em linha com o ano anterior. Isso se deve a um menor patamar de receita em nossa operação de atacado no 4T13, uma vez que antecipamos o faturamento do atacado no 3T13. Em 2012 não estávamos com as entregas de produtos em dia e por este motivo nosso faturamento do atacado se concentrou no último trimestre. Contudo, o acerto dos calendários em 2013 teve efeito muito positivo para nossa rede de lojas franqueadas e parceiros lojistas multimarcas, que entraram na sazonalidade de fim de ano abastecidos, favorecendo o sell out. No resultado que apresentamos no 3T13, mostramos claramente a evolução da receita do atacado em relação a 2012.

Acreditamos que o ano de 2013 consolida um novo capítulo na história da Inbrands com o atingimento e solidificação de um novo patamar de eficiência e rentabilidade oriundos da integração da companhia, captura de sinergias e ajuste da operação. Mesmo conscientes que ainda temos a evoluir, conseguimos avanços significativos na construção da plataforma de operação de marcas, com um back office integrado, com processos e ferramental necessário para uma operação eficiente e de baixo custo, que permite ganhos de escala e novas aquisições no futuro. Também avançamos bastante na estruturação da operação comercial e evolução de produtos em todas as marcas, claramente demonstrado nos expressivos resultados de crescimento de receita e de rentabilidade, obtidos ao longo de 2013. Esse patamar de operação nos permite continuar a crescer nas atuais marcas, mas também nos coloca em posição única no mercado de preparação para um crescimento futuro também voltado para aquisições e lançamentos de novas marcas, com elevado grau de agilidade e baixo custo de integração.

No ano, nossa receita líquida cresceu 16,2%, atingindo R\$ 905,9 milhões. Nosso EBITDA ajustado por eventos não recorrentes cresceu 74,3%, atingindo a importante marca de R\$ 140,4 milhões.

Revertermos o prejuízo acumulado ao final de 2012 de R\$(14,2) milhões para um lucro líquido de R\$ 36,9 milhões. Nossa margem bruta melhorou 4,9 p.p em 2013, fechando em 62,1%, lembrando sempre que este número representa a ponderação de nossos negócios de atacado e varejo, ambos igualmente importantes para nossa rentabilidade e modelo de negócio. Analisando separadamente cada canal, apresentamos evoluções igualmente importantes tanto em nossas margens brutas no segmento de varejo, quanto no de atacado. Nossa margem EBITDA Ajustada do ano foi de 15,5%, com crescimento 5,2 p.p. versus 2012, resultado tanto da melhora de nossa margem bruta quanto da redução significativa de nosso SG&A. Na parte de financiamento e estrutura de capital do nosso negócio também foi um ano importante, quando consolidamos a renegociação dos covenants de nossa debênture, dinamizamos nosso acesso ao mercado de crédito e implementamos uma melhor visibilidade dos impactos em nosso caixa. Melhoramos nosso modelo de planejamento de sortimento e vendas, gestão de compras, bem como provemos estrutura adequada de escoamento de produtos de coleções anteriores (canal outlet). Esses movimentos são a base fundamental para um avanço representativo em 2014 em gestão de capital de giro (especialmente estoques). Encerramos o ano de 2013 com o indicador Dívida/EBITDA menor, quando comparado a 2012.

Dentro de uma ótica de disciplina financeira e sabendo dos desafios conjunturais de 2014, temos um viés positivo para o ano de 2014. Muitas das iniciativas estruturantes de nossa companhia em 2013 terão seus efeitos anualizados em 2014, além do fato de estarmos também buscando ganhos adicionais de SG&A e margem bruta. Esperamos um ano onde teremos o reflexo do nosso atual estágio operacional de maior fluidez e cumprimento de etapas de fornecimento de nossos produtos. Estamos igualmente confiantes na implementação de nossas lojas outlets que ajudarão na maior eficiência de gestão de nossos estoques.

Como plataforma de marcas, ficamos satisfeitos com o desempenho de nossa JV com a Tommy Hilfiger. No primeiro ano de operação já atingimos uma receita bruta de R\$ 44,4 milhões, com uma margem EBTIDA de 13,8% (lembrando que refletimos nossa participação na JV através de equivalência patrimonial).

No fechamento do ano de 2013, assinamos um novo licenciamento exclusivo com outra marca ícone internacional, a G-Star Raw, que estará em 2014 sendo comercializada nos canais da nossa marca Mandi, que tem um fit de posicionamento complementar com a G-Star e abrange o mesmo perfil de público. Essa iniciativa certamente contribuirá para mais um ano de avanço de nossa companhia e significa mais uma marca internacional emblemática operada em nossa plataforma.

b) Estrutura de capital e possibilidade de resgate de ações ou quotas

Em 31 de dezembro de 2013, o capital social da Companhia, no montante de R\$285.446 (R\$285.446 em 31 de dezembro de 2012 e \$265.446 em 2011), estava representado por 94.896.720 ações (94.896.720 ações em 31 de dezembro de 2012 e 92.034.192 ações em 2011), todas ordinárias, nominativas e sem valor nominal e com direito a voto nas deliberações da Assembleia Geral,

i. Hipótese de resgate

Não há, em nosso Estatuto Social, hipóteses específicas de resgate de nossas ações. Entretanto, de acordo com a Lei das Sociedades por Ações, nossas ações poderão ser resgatadas mediante determinação dos nossos acionistas em Assembleia Geral Extraordinária.

ii. Fórmula de cálculo do valor de resgate

Não aplicável, pois não há atualmente uma fórmula de cálculo do valor de resgate, uma vez que não vislumbramos hipóteses de resgate de ações no curto prazo.

c) Capacidade de pagamento em relação aos compromissos financeiros assumidos d) Fontes de financiamento para capital de giro e para investimentos em ativos não-circulantes utilizadas; e) Fontes de financiamento para capital de giro e para investimentos em ativos não-circulantes que pretende utilizar para cobertura de deficiências de liquidez; f) Níveis de endividamento e as características de tais dívidas

Em 31 de dezembro de 2013 nossa dívida bruta atingiu R\$ 413,4 milhões e tínhamos R\$42,7 milhões e caixa e aplicações financeiras totalizando uma dívida líquida de R\$ 370,7 milhões, crescimento de 17,6% em comparação com 2012 (R\$ 315,3 milhões). Nossa dívida ao final de 2013 é composta por R\$ 223,8 milhões de debêntures, R\$140,2 de capital de giro, R\$ 22,6 milhões de financiamento para importação, R\$21,7 milhões de duplicatas cedidas e R\$5,1 milhões em outras modalidades

As captações foram realizadas para financiar a aquisição de novas marcas, compra de estoques, pagamento de dívidas de maior custo e reforço do caixa operacional.

A tabela a seguir apresenta as principais características dos contratos de empréstimo e financiamento que nós e/ou nossas controladas ou coligadas celebramos com terceiros, bem como os respectivos saldos em aberto em 2013, 2012 e 2011.

Instituição financeira	Encargos	Vencimento	Garantias	Companhia (BR GAAP)			Consolidado (BR GAAP e IFRSs)		
				2013	2012	2011	2013	2012	2011
Debêntures:									
Debêntures	(a)	(a)	(a)	225.434	250.294	-	225.434	250.294	-
Custos de captação	(a)	(a)	(a)	(1.635)	(2.180)	-	(1.635)	(2.180)	-
Duplicatas descontadas									
Santander (b)	13,89% ao ano	Janeiro/2014	Duplicatas	28	-	-	28	-	-
HSBC (b)	12,72% ao ano	Novembro/2013	Duplicatas	7.563	-	-	7.563	-	-
Quatá (b)	16,62% ao ano	Março/2014	Duplicatas	14.133	-	-	14.133	-	-
Capital de giro:									
Banco Indusval	1,22% ao mês	Mar./2012	-	-	-	-	-	-	15.333
Bradesco	CDI + 0,30% ao ano	Jan./2012	-	-	-	-	-	-	10.046
Citibank	CDI + 0,38% ao ano	Jan./2012	Aval dos sócios e duplicatas	-	-	-	-	-	3.947
HSBC	CDI + 2,50% ao ano	Dez./2013	Aval dos sócios	39.920	25.708	-	40.353	25.708	4.636
Itaú	CDI + 0,50% a 2,81% ao ano	Dez./2013	Aval dos sócios	48.582	48.484	-	48.582	48.484	45.738
Santander (Real)	2,7 % a 3,10% a.a.	Nov./2013	Aval dos sócios	-	14.402	-	-	14.402	16.108
Santander (Real)	CDI + 0,50% ao ano	Jan./2012	Aval dos sócios	-	-	-	-	-	15.764
Banco do Brasil (Mandi)	CET + 8,96% a.a.	Out./2013	Aval dos sócios	-	435	-	-	435	-
Itaú BBA	CDI + 0,27% ao ano	Jan./2012	Aval dos sócios	-	-	2.520	-	-	2.520
Itaú BBA	CDI + 2,6% ao ano	Jan./2012	Aval dos sócios	-	-	2.075	-	-	2.075
Itaú BBA	CDI + 3,15% ao ano	Jan./2012	Aval dos sócios	-	-	5.082	-	-	5.082
Bradesco	CDI + 0,50% ao ano	Jun./2012	Recebíveis cartões	-	-	-	-	-	5.756
HSBC	CDI + 0,50% ao ano	Jan./2012	Recebíveis cartões	-	-	-	-	-	28.437
Itaú	2,7 % a 3,10% a.a.	Ago/2013	Aval dos sócios	-	-	-	-	94	-
Bradesco	CDI + 0,50% ao ano			-	-	-	-	1.601	-
Bicbanco	CDI + 6,17 a	Março/2014	Sem	20.305			20.305		

Instituição financeira	Encargos	Vencimento	Garantias	Companhia (BR GAAP)			Consolidado (BR GAAP e IFRSs)		
				2013	2012	2011	2013	2012	2011
Rendimento	6,80%ao ano CDI + 4,91% ao ano	Junho/2014	garantia Duplicatas	5.019			5.019		
BBM	CDI + 5% ao ano	Abril/2014	Nota promissória	6.267			6.267		
Pine	CDI + 4,66% ao ano	Junho/2014	Sem garantia	10.000			10.000		
ABC	CDI + 4,85% ao ano	Maior/2014	Sem garantia	10.124			10.124		
Contrato de mútuo									
BR Labels (c)	TJLP + 5,4% ao ano	Jul./2012	Aval dos sócios	-	-	-	-	-	3.560
Conta garantida:									
HSBC	CDI + 2,50% ao ano	Abr./2013	Aval dos sócios	-	4.337	-	-	4.337	-
Arrendamento mercantil:									
Banco HP	CDI + 0,49%ao ano	Out./2012	Estoques	39	39	-	39	39	53
HSBC	CDI + 0,61 a 1,33% ao ano	Jan./2012 a Jul./2013	Equipament os de informática	107	403	-	107	403	358
Safra	CDI + 0,50%ao ano	Jul./2013	Equipament os de informática	-	16	-	-	16	43
Financiamento de importação:									
HSBC	Libor + 0,39 a 0,95% ao ano	Mar/2013	Aval dos sócios	-	12.828	-	-	12.828	15.436
Bradesco	Libor + 0,38 a 0,4% ao ano	Nov./2012	Aval dos sócios	-	-	-	-	-	177
Santander	Libor + 0,38 a 0,9% ao ano	Jun./2013	Aval dos sócios	14.810	12.235	-	14.810	12.235	-
Itaú	Libor + 0,45% a 0,5% ao ano	Março/2014	Sem garantia	7.840			7.840		
Financiamento com shopping Total	(d)	Ago./2008 a Fev./2015	Aval dos sócios	<u>4.413</u>	<u>6.346</u>	=	<u>4.413</u>	<u>6.346</u>	<u>6.954</u>
				<u>412.949</u>	<u>373.347</u>	<u>9.677</u>	<u>413.382</u>	<u>375.042</u>	<u>182.023</u>

(a) Debêntures

Em Assembleia Geral Extraordinária e em Reunião do Conselho de Administração realizadas em 22 de dezembro de 2011, foi aprovada a 1ª emissão de debêntures simples não conversíveis em ações, da espécie quirografária, com garantias adicionais fidejussória e real, em série única da Companhia, no valor de R\$250.000, as quais foram objeto de distribuição pública com esforços restritos de colocação nos termos da Instrução CVM nº 476/09.

Os recursos captados serão destinados a: (i) alongamento do passivo atual da Companhia e de empresas que sejam, nos termos da lei, coligadas ou controladas da Companhia; (ii) pagamento de aquisições realizadas pela Companhia; e

(iii) reforço do capital de giro da Companhia, inclusive para fins de pagamento de futuras aquisições, e de empresas que sejam, nos termos da lei, coligadas ou controladas da Companhia.

As características e condições da emissão das debêntures são:

<u>Descrição</u>	<u>1ª emissão</u>
Emissora	Inbrands S.A.
Coordenador líder	Banco Itaú BBA S.A.
Título	Debênture em regime de garantia firme de colocação nos termos da Instrução CVM nº 476/09
Valor de emissão	R\$250.000
Destinação dos recursos	Alongamento de dívida, pagamento de aquisições e reforço de capital de giro
Espécie	Quirografia
Garantias	Fidejussória e real (recebíveis de cartões de crédito no valor mínimo de 20% do valor das debêntures)
Séries	Série única
Regime de colocação	Garantia firme no volume total de até R\$250.000
Valor nominal unitário	R\$1.000
Data de emissão	22 de dezembro de 2011
Prazo	5 anos a contar da data de emissão
Forma de amortização	Escalonada da seguinte forma: <ul style="list-style-type: none">• 22 de junho e 22 de dezembro de 2013 - 10,00%• 22 de junho e 22 de dezembro de 2014 - 20,00%• 22 de junho e 22 de dezembro de 2015 - 30,00%• 22 de junho e 22 de dezembro de 2016 - 40,00%
Remuneração	100% da variação acumulada da taxa média dos depósitos interfinanceiros (Taxa DI Over "Extra Grupo"), apurada e divulgada diariamente pela CETIP S.A. - Balcão Organizado de Ativos e Derivativos, acrescida de um "spread" de 3,25% ao ano
Pagamento da remuneração	Pagamento de juros remuneratórios em parcelas semestrais e consecutivas, sem carência, sendo a primeira parcela devida no sexto mês contado da data de emissão

Em 10 de janeiro de 2012, foi confirmado o depósito de 250 debêntures da 1ª emissão de debêntures simples, no valor de R\$250.000, não conversíveis em ações, em série única, emitidas pela Companhia, com código CETIP INDB011, em nome dos coordenadores a seguir relacionados, para fins de registro de sua distribuição no Módulo de Distribuição:

<u>Nome das instituições</u>	<u>Quantidade</u>
Banco Itaú BBA S.A.	84
Banco Bradesco BBI S.A.	83
Banco Votorantim S.A.	83
Total	<u>250</u>

O valor creditado em conta-corrente nessa data foi de R\$250.000. As despesas e comissões para subscrição das debêntures, pagas em 11 de janeiro de 2012, somaram R\$2.724.

Cláusulas contratuais restritivas ("covenants")

A Companhia possui cláusulas restritivas relacionadas às debêntures emitidas, entre as quais a de que deverá manter os seguintes índices financeiros, relativos às suas demonstrações financeiras consolidadas:

- A relação entre a dívida líquida e o "Earnings Before Interest, Taxes, Depreciation and Amortization - EBITDA" (*) dos últimos 12 meses não poderá ser superior a : (i) 3,3x para os períodos encerrados em 31 de março e 30 de junho de 2012; (ii) 3,00x para os períodos encerrados entre 30 de setembro de 2012 e 30 de junho de 2013; (iii) 4,05x para os períodos encerrados em 30 de setembro de 2013; (iv) 3,35x para os períodos encerrados em 31 de dezembro de 2013; (v) 3,17x para os períodos encerrados em 31 de março de 2014; e (vi) 3,00x para os períodos encerrados a partir de 30 de junho de 2014 (inclusive).
- A relação entre o EBITDA (*) dos últimos 12 meses e a despesa financeira não poderá ser inferior a 1,75x para os períodos encerrados em 31 de março e 30 de junho de 2012 e 2,00x para os períodos encerrados a partir de 30 de setembro de 2012.

(*) EBITDA com definição específica segundo as disposições previstas na escritura da 1ª emissão de debêntures emitida em 22 de dezembro de 2011.

Na hipótese de a Companhia não atingir os níveis estabelecidos para os referidos índices financeiros, deverá convocar, no prazo máximo de dois dias úteis a contar da data em que constatar sua ocorrência, Assembleia Geral de Debenturistas para deliberar sobre eventual não declaração do vencimento antecipado, cuja aprovação pelos debenturistas deverá conter, no mínimo, 75% das debêntures em circulação.

Em 31 de dezembro de 2012, a Companhia não atendeu às obrigações contratuais ("covenant") relacionadas com os itens a) e b) do contrato de debêntures em relação ao exercício de 2012 e ao primeiro e segundo trimestres de 2013, o que permitia aos credores declarar o vencimento antecipado do saldo devedor dessa dívida. A Companhia, proativamente, informou a seus debenturistas esse fato, bem como, em atendimento ao pronunciamento técnico CPC 26 (R1)/IAS 1, reclassificou para o passivo circulante a parcela do passivo não circulante no montante de R\$225.000.

Em Assembleia Geral de Debenturistas realizada em 26 de julho de 2013, foram deliberadas e aprovadas: (i) a não declaração do vencimento antecipado das obrigações decorrentes da Escritura de Emissão, em razão do não cumprimento dos índices financeiros apurados em relação ao exercício de 2012 e ao primeiro e segundo trimestres de 2013; e (ii) a alteração dos limites dos índices financeiros a serem apurados a partir do terceiro trimestre de 2013, conforme mencionados nas letras a) e b) anteriores.

Em 31 de dezembro de 2013, a Companhia estava adimplente em relação às cláusulas restritivas, tendo atingido o índice de 2,97 na relação dívida líquida/EBITDA e de 2,00 na relação EBITDA/despesa financeira líquida.

(b) Direitos creditórios de uso de recursos de duplicatas.

(c) Empréstimo tomado no Banco do Brasil, anteriormente pela BR Labels (ex-acionista da VR Indústria), sendo tal recurso transferido à VR Indústria quando da reorganização societária. Em virtude da impossibilidade de transferir a titularidade da dívida para o nome da VR Indústria, em 22 de fevereiro de 2011 foi celebrado contrato dessa dívida com a BR Labels, com remuneração vinculada à variação da Taxa de Juros de Longo Prazo - TJLP, acrescida de taxa de juros de 5,4% ao ano, com amortizações mensais até o vencimento em 15 de julho de 2012.

(d) Encargos calculados com base em percentual de faturamento nas unidades ou parcelas fixas.

g) Limites de utilização dos financiamentos já contratados

Todos os financiamentos contratados até 31 de dezembro de 2013 já haviam sido liberados e estão refletidos em nossas demonstrações financeiras.

h) Alterações significativas em cada item das demonstrações financeiras

Apresentamos abaixo as variações significativas de nossas demonstrações financeiras:

➤ **Resultado consolidado de 31 dezembro de 2013 comparado com 31 de dezembro de 2012**

DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO	4T13	4T12	Var. (%)	2013	2012	Var. (%)
RECEITA OPERACIONAL LÍQUIDA	260.319	267.096	-2,5%	905.939	779.890	16,2%
CUSTO DAS MERCADORIAS E DOS SERVIÇOS VENDIDOS	(95.514)	(108.884)	-12,3%	(343.559)	(334.116)	2,8%
LUCRO BRUTO	164.805	158.212	4,2%	562.380	445.774	26,2%
(DESPESAS) RECEITAS OPERACIONAIS						
Despesas de Vendas, Gerais e Administrativas	(117.595)	(119.940)	-2,0%	(450.621)	(404.935)	11,3%
Depreciações e amortizações	(4.828)	(4.108)	17,5%	(18.107)	(14.987)	20,8%
Equivalência patrimonial	159	(153)	n.a.	1.091	(153)	n.a.
Outras receitas (despesas) operacionais	4.874	2.604	87,2%	14.441	1.750	725,2%
LUCRO OPERACIONAL ANTES DO RESULTADO FINANCEIRO	47.415	36.615	29,5%	109.184	27.449	297,8%
RESULTADO FINANCEIRO						
Despesas financeiras	(22.346)	(16.825)	32,8%	(78.810)	(58.420)	34,9%
Receitas financeiras	2.958	2.796	5,8%	7.234	18.442	-60,8%
Variação cambial, líquida	(1.242)	17	-7405,9%	(1.748)	(986)	-77,3%
LUCRO ANTES DO IR E CS	26.785	22.603	18,5%	35.860	(13.515)	365,3%
IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL						
Correntes	(1.518)	(1.061)	43,1%	(6.113)	(12.019)	-49,1%
Diferidos	518	12.782	-95,9%	7.178	11.346	-36,7%
LUCRO LÍQUIDO DO EXERCÍCIO	25.785	34.324	-24,9%	36.925	(14.188)	360,3%
ATRIBUÍVEL A						
Proprietários da controladora	24.504	34.569	29,1%	36.410	(13.618)	-367,4%
Participações não controladoras	1.281	(245)	-622,9%	515	(570)	-190,4%

Rede de Distribuição

Rede de Distribuição	Lojas Próprias			Franquias			Clientes Multimarcas		
	4T13	4T12	Var. (%)	4T13	4T12	Var. (%)	4T13	4T12	Var. (%)
Ellus e Ellus Second Floor	54	54	0,0%	28	28	0,0%	1.783	1.857	-4,0%
Richards e Selaria Richards	50	54	-7,4%	35	25	40,0%	502	369	36,0%
VR e VR Kids	22	18	22,2%	28	31	-9,7%	767	743	3,2%
Salinas	17	18	-5,6%	27	31	-12,9%	276	241	14,5%
Alexandre Herchcovitch	2	2	<i>n.a.</i>	-	-	<i>n.a.</i>	26	4	550,0%
Bobstore	13	12	8,3%	54	48	12,5%	455	258	76,4%
Mandi	9	14	-35,7%	5	14	-64,3%	303	367	-17,4%
Tommy	6	-	0,0%	9	-	0,0%	780	-	0,0%
Brands House	3	-	0,0%	-	-	0,0%	-	-	0,0%
Total Geral	176	172	2,3%	186	177	5,1%	4.892	3.839	27,4%

Receita Bruta

Receita Bruta	4T13	4T12	Var. (%)	2013	2012	Var. (%)
Receita Bruta Total	338.598	344.795	-1,8%	1.143.806	1.002.073	14,1%
Por Marca						
Ellus e Ellus Second Floor	94.791	104.629	-9,4%	363.086	348.274	4,3%
Richards, SELARIA Richards	115.753	127.115	-8,9%	326.799	307.578	6,2%
VR e VR Kids	37.960	43.967	-13,7%	158.451	151.328	4,7%
Bobstore	23.683	23.906	-0,9%	120.004	58.139	106,4%
Mandi	8.529	14.978	-43,1%	41.843	47.456	-11,8%
Salinas	26.009	26.441	-1,6%	56.998	49.889	14,3%
Alexandre Herchcovitch	2.834	2.992	-5,3%	8.141	8.752	-7,0%
Total marcas	309.558	344.029	-10,0%	1.075.324	971.415	10,7%
Luminosidade	14.954	766	1852,2%	30.182	30.658	-1,6%
Outras receitas	14.085	-	0,0%	38.300	-	0,0%
Total outras unidades de negócio	29.040	766	3691,1%	68.482	30.658	123,4%
Por Canal						
Franquias	31.766	92.819	-65,8%	154.099	155.267	-0,8%
Multimarcas	76.550	80.650	-5,1%	386.512	326.418	18,4%
Lojas Próprias	193.218	166.106	16,3%	530.509	472.345	12,3%
E-commerce	5.931	4.454	33,2%	22.079	17.385	27,0%
Conteúdo de Moda	14.954	766	1852,2%	30.182	30.658	-1,6%
Outros	16.177	-	0,0%	20.425	-	0,0%

A receita bruta no 4T13 foi de R\$ 338,6 milhões (redução de 1,8% em relação ao 4T12). Em compensação no acumulado do ano tivemos um crescimento de 14,1% contra o ano anterior

(totalizando R\$ 1.143,8 milhões). Este crescimento é resultado de um melhor desempenho nas entregas e na operação comercial, quando comparado ao ano anterior.

Vale lembrar que no comparativo do acumulado temos uma receita adicional da Bobstore e Mandi no 1T13 que não estavam no 1T12, o que gerou um crescimento mais expressivo contra o período anterior. Para tirar este efeito da análise apresentamos abaixo um quadro com as receitas históricas comparáveis nos períodos.

Receita Bruta	4T13	4T12	Var. (%)	2013	2012*	Var. (%)
Receita Bruta Total	338.598	344.795	-1,8%	1.143.806	1.031.859	10,8%
Por Marca						
Ellus e Ellus Second Floor	94.791	104.629	-9,4%	363.086	348.274	4,3%
Richards, SELARIA Richards	115.753	127.115	-8,9%	326.799	307.578	6,2%
VR e VR Kids	37.960	43.967	-13,7%	158.451	151.328	4,7%
Bobstore	23.683	23.906	-0,9%	120.004	77.741	54,4%
Mandi	8.529	14.978	-43,1%	41.843	57.639	-27,4%
Salinas	26.009	26.441	-1,6%	56.998	49.889	14,3%
Alexandre Herchcovitch	2.834	2.992	-5,3%	8.141	8.752	-7,0%
Total marcas	309.558	344.029	-10,0%	1.075.324	1.001.201	7,4%
Luminosidade	14.954	766	1852,2%	30.182	30.658	-1,6%
Outras receitas	14.085	-	0,0%	38.300	-	0,0%
Total outras unidades de negócio	29.040	766	3691,1%	68.482	30.658	123,4%
Por Canal						
Franquias	31.766	92.819	-65,8%	154.099	155.267	-0,8%
Multimarcas	76.550	80.650	-5,1%	386.512	326.418	18,4%
Lojas Próprias	193.218	166.106	16,3%	530.509	502.131	5,7%
E-commerce	5.931	4.454	33,2%	22.079	17.385	27,0%
Conteúdo de Moda	14.954	766	1852,2%	30.182	30.658	-1,6%
Outros	16.177	-	0,0%	20.425	-	0,0%

*Receitas históricas comparáveis

Same Store Sales	4T13	2013
Ellus e Ellus Second Floor	20,4%	5,3%
Richards, Selaria Richards	19,7%	6,3%
VR e VR Kids	-0,8%	0,5%
Bobstore	-8,4%	-16,7%
Mandi	-24,8%	-30,6%
Salinas	20,5%	4,4%
Alexandre Herchcovitch	-29,4%	-13,2%
TOTAL	13,7%	2,4%

Evolução por marca

Ellus e Ellus 2nd Floor: A receita bruta das marcas Ellus e Ellus 2nd Floor caiu 9,4% no 4T13 quando comparado ao 4T12 em consequência da melhor eficiência na entrega do atacado em 2013, principal canal dessas marcas, que teve parte do seu faturamento adiantado no 3T13. Esse

movimento permitiu um bom abastecimento com antecedência de nossos clientes multimarcas e franquias, preparando-os para a sazonalidade do último trimestre do ano. No varejo, o crescimento SSS no período foi de 20,4%, resultado da melhora no processo de recebimento de mercadorias e distribuição nas lojas próprias, bem como pelo desempenho dos produtos.

Richards, Selaria Richards e Bintang: A queda de 8,9% na receita bruta do 4T13, quando comparada com o mesmo período do ano anterior, se deve principalmente ao adiantamento da entrega do atacado para o 3T13 e a descontinuação da operação da Bintang. No ano, a marca mostra um crescimento expressivo tanto em mesmos clientes (mostrando a consolidação da marca no canal) quanto em novas praças aumentando assim o seu nível de exposição em território nacional. No varejo a evolução dos nossos produtos, as ações comerciais aliadas a adequação no processo de compras e distribuição, contribuíram para um crescimento SSS de 19,7% no período e de 6,3% no ano, mesmo em cidades que antes apresentavam menor participação na receita.

VR e VR Kids: A receita bruta das marcas VR e VR Kids apresentou queda de 13,7% no 4T13, também em consequência do melhor desempenho na entrega do atacado, canal de grande participação no faturamento da marca antecipado no 3T13. No varejo, a marca apresenta crescimento devido à abertura de 5 novas lojas comparando com o mesmo período do ano anterior.

Bobstore: Em 2013 houve um aumento na receita bruta de 54,4% versus o 2012 (receita bruta histórica comparável), sustentado pelo crescimento da venda de atacado, onde entre outros, tivemos forte incremento da base de clientes multimarcas e evolução do modelo de franquia. A marca vem passando por uma reestruturação no seu processo de planejamento e desenvolvimento das coleções. A melhor performance do varejo no 4T13 comparada ao ano de 2013 mostra os primeiros efeitos dessa mudança. Com o aumento do volume de importação e melhora no sortimento de fornecedores nacionais, a marca conseguiu apresentar, para as coleções de 2013, uma margem bastante superior que a apresentada em anos anteriores. Com isso, a Bobstore alcançou o seu objetivo de margem bruta no semestre e vem apresentando rentabilidade bastante superior ao ano anterior.

Mandi: Redução de 27,4% no faturamento total de 2013 quando comparado ao ano anterior (receita bruta histórica comparável). Essa queda é acentuada pelo desempenho do canal de atacado, consequência da diminuição da quantidade de franquias, resultado do projeto de reestruturação da marca. No varejo, a queda SSS de aproximadamente 25% se deu principalmente porque finalizamos a comercialização de determinadas marcas importadas que eram representadas pela Mandi. A marca vem passando por melhorias significativas na estrutura de produto e marketing, com resultado previsto para as próximas coleções, que nos faz acreditar num futuro promissor. Além disso, a comercialização da G-Star Raw, conceituada marca europeia de jeanswear, que será lançada no varejo no 2T14, é uma das principais iniciativas da marca para o futuro.

Tommy: No fechamento de 2013, a operação possuía 6 lojas próprias, 9 franqueados e 780 clientes multimarcas, mostrando uma rápida evolução da marca no Brasil, iniciada em abril de 2013. O canal de e-commerce teve seu início no 4T13. Acreditamos muito no crescimento da marca em 2014, em decorrência do alto desejo verificado no mercado brasileiro em relação aos produtos e conceito geral da marca.

Evolução por canal

Varejo (Lojas Próprias): Como resultado da estruturação da companhia, o varejo apresentou um crescimento de receita bruta de 16,3% no 4T13, contra mesmo período de 2012. O crescimento SSS de 13,7% no período, mesmo em um cenário de mercado não tão favorável, ressalta os efeitos das melhorias na operação das marcas. No acumulado do ano tivemos um aumento de 12,3% contra o ano anterior (5,7% no acumulado em relação à receita bruta histórica comparável), ressaltando a melhora do desempenho no canal.

Atacado (Franquias e Multimarcas): A diminuição de 37,6% na receita desse canal no 4T13 se deve à melhora nos processos de produção, de recebimento de mercadorias dos fornecedores e faturamento para clientes, que possibilitou o adiantamento da entrega para o 3T13. Em 2012 o faturamento teve maior concentração no 4º trimestre. No ano, o crescimento de 12,2% no faturamento é consequência do desempenho na venda para clientes multimarcas. Em geral, um dos principais motivos desse crescimento é o atual incentivo ao desenvolvimento deste canal em algumas marcas, cuja participação ainda apresenta grandes oportunidades (por exemplo: Richards, Bobstore, Salinas). Para tal, foram mapeados os principais municípios com oportunidades por marca, visando a expansão com entrada em "áreas brancas" e reforçando o relacionamento com clientes chave.

E-commerce: Fechamos 2013 com um faturamento de R\$ 22,0 milhões neste canal (27,0% de crescimento se comparado com o ano anterior). Esta performance se deve basicamente a correção do nível de estoque para vendas com ajuste no processo de abastecimento do CD de E-commerce e o aumento do número de marcas comercializadas nesse canal.

Lucro Bruto

Lucro Bruto e Margem Bruta	4T13	4T12	Var. (%)	2013	2012	Var. (%)
Lucro Bruto	164.805	158.212	4,2%	562.380	445.774	26,2%
Margem Bruta	63,3%	59,2%	4,1 p.p.	62,1%	57,2%	4,9 p.p.

O lucro bruto cresceu 4,2% no 4T13 quando comparado ao 4T12, totalizando R\$ 164,8 milhões. Nossa margem bruta deste período foi de 63,3% (aumento de 4,1 p.p. contra o mesmo período do ano anterior).

No acumulado de 2013 nosso lucro bruto foi de R\$ 562,4 milhões (62,1% da receita líquida), um crescimento de 26,2% quando comparado com 2012.

A Margem Bruta de 2013 está 4,9 p.p. melhor do que a de 2012. Este desempenho é o resultado da boa execução de ações comerciais e de compras neste ano, como a manutenção de uma política de preços mais conservadora em "mark down", a melhora nas negociações com fornecedores e a estruturação de novas estratégias de *sourcing*. Acreditamos que ainda existem oportunidades significativas a serem exploradas nesse campo.

Despesas de Vendas, Gerais e Administrativas

Despesas de Vendas, Gerais e Administrativas	4T13	4T12	Var. (%)	2013	2012	Var. (%)
Despesas de Vendas, Gerais e Administrativas	(117.595)	(119.940)	-2,0%	(450.621)	(404.935)	11,3%
% da Receita Líquida	-45,2%	-44,9%	0,3 p.p.	-49,7%	-51,9%	-2,2 p.p.

As despesas de vendas, gerais e administrativas cresceram 11,3% no ano de 2013, acompanhando o crescimento do negócio. Em percentual da receita líquida apresentamos uma queda de 2,2 p.p. no acumulado.

No 4T13 temos uma redução de 2,0% em valores absolutos e um pequeno aumento em termos relativos de 0,3 p.p., devido basicamente ao aumento das vendas de lojas próprias com consequente aumento das despesas ocupacionais contra mesmo período do ano anterior.

O ganho operacional apresentado no ano (redução de 2,2 p.p. contra o ano anterior) é resultado, principalmente, do nosso projeto de otimização do "back office". Cada vez mais temos evidências do potencial a capturar com estas melhorias de processos, tanto em eficiência operacional quando redução de despesas.

EBITDA e Margem EBITDA

Reconciliação EBITDA (1)	4T13	4T12	Var. (%)	2013	2012	Var. (%)
Lucro Líquido	25.785	34.324	-24,9%	36.925	(14.188)	360,3%
(-) IR e CSLL	1.000	(11.721)	108,5%	(1.065)	673	-258,2%
(-) Receita Financeira Líquida	20.630	14.012	47,2%	73.324	40.964	79,0%
(-) Depreciações e Amortizações	4.828	4.108	17,5%	18.107	14.987	20,8%
(=) EBITDA	52.243	40.723	28,3%	127.291	42.436	200,0%
Margem EBITDA	20,1%	15,2%	4,8 p.p.	14,1%	5,4%	8,6 p.p.

(1) EBITDA = Lucro antes do Resultado Financeiro, Imposto de Renda e Contribuição Social sobre o Lucro, Depreciação e Amortização. O EBITDA não é uma medida utilizada nas práticas contábeis adotadas no Brasil e ou nas Normas Internacionais de Relatório Financeiro (IFRS), não representando o fluxo de caixa para os períodos apresentados e não deve ser considerado como uma alternativa ao Resultado do Exercício na qualidade de indicador do desempenho operacional ou como uma alternativa ao fluxo de caixa na qualidade de indicador de liquidez. Ainda que o EBITDA não forneça, de acordo com as práticas contábeis utilizadas no Brasil ou IFRS, uma medida do fluxo de caixa operacional, a Administração o utiliza para mensurar o desempenho operacional. Adicionalmente, a Companhia entende que determinados investidores e analistas financeiros utilizam o EBITDA como indicador do desempenho operacional de uma Companhia e/ou de seu fluxo de caixa.

Nosso EBITDA no 4T13 foi de R\$ 52,2 milhões (Margem EBITDA de 20,1%), o que representa um aumento de 4,8 p.p em comparação com o 4T12.

Encerramos 2013 com um crescimento acumulado de 200% em nosso EBITDA, que saiu de R\$ 42,4 milhões (Margem EBITDA de 5,4%) em 2012 para R\$ 127,3 milhões em 2013 (Margem EBITDA de 14,1%). Em termos relativos a receita líquida este crescimento foi de 8,6 p.p.

A Companhia, em seu gerenciamento do negócio, entende que os eventos abaixo devem ser desconsiderados para melhor refletir os resultados de suas operações:

EBITDA Ajustado	4T13	4T12	Var. (%)	2013	2012	Var. (%)
EBITDA	52.243	40.723	28,3%	127.291	42.436	200,0%
(+) Plano de Stock Options	(1) 648	3.434	-81,1%	3.730	9.598	-61,1%
(+) Despesas não recorrentes	(2) 2.854	8.349	-65,8%	9.421	15.414	-38,9%
(+) Mais valia de estoques	(3) -	4.197	n.a.	-	10.740	n.a.
(+) AVP	(4) -	(1.650)	n.a.	-	2.394	n.a.
(=) EBITDA Ajustado	55.745	55.053	1,3%	140.442	80.582	74,3%
Margem EBITDA	21,4%	20,6%	0,8 p.p.	15,5%	10,3%	5,2 p.p.

Em linha com a Instrução CVM 527 a Companhia passa, a partir do 4T12, a fazer a reconciliação do EBITDA conforme referida Instrução. De acordo com o parágrafo 4º desta Instrução, optamos por utilizar o EBITDA AJUSTADO, visando demonstrar a informação que melhor reflete a geração operacional bruta de caixa nas atividades da Companhia, sendo que os ajustes efetuados não representam uma saída de caixa ou não são recorrentes e decorrem de transações pontuais realizadas pela Companhia:

- (1) Efeito econômico (não caixa) do plano de stock options para funcionários;
- (2) Despesas extras do trimestre com relação a serviços de apoio consultivo em estruturação e busca de eficiência e por gastos logísticos e de transporte não recorrentes. Em 2012 as despesas não recorrentes estavam substancialmente concentradas em assessorias, consultorias e auditorias para os M&As;
- (3) Efeito não caixa e não recorrente pela contabilização do valor justo dos estoques mensurados na aquisição da Cia de Marcas, Bobstore, Mandi e VR, em observância ao Pronunciamento do CPC 15. Impacto somente em 2012;
- (4) A Companhia entende que o AVP, por estar diretamente ligado a atividades operacionais, deve ser ajustado para compor o desempenho operacional do negócio. Cabe ressaltar que a Companhia calcula o AVP quando as transações comerciais são de longo prazo, o que não ocorreu em 2013.

O EBITDA ajustado no 4T13 foi de R\$ 55,7 milhões (Margem EBITDA ajustada de 21,4%). Quando comparado ao 4T12 temos um crescimento de 1,3% em valor absoluto e 0,8 p.p na margem EBITDA ajustada.

No acumulado do ano nosso EBITDA ajustado foi de R\$ 140,4 milhões (margem de 15,5% da receita líquida), o que comparado com o ano anterior mostra um crescimento de 74,3% em valor absoluto e 5,2 p.p. na margem EBITDA ajustada.

Iniciativas como o aumento de venda, redução de custos unitários de produtos, de eficiência comercial, redução de custos administrativos pela integração e melhoria de processos, colocam a empresa em um novo patamar de rentabilidade em 2013.

Depreciação, Amortização e Resultado Financeiro

Nosso resultado financeiro líquido passou de R\$ 14,0 milhões de despesas no 4T12 para R\$ 20,6 milhões de despesa no 4T13, basicamente devido aos juros relacionados com o endividamento líquido atual e aos custos das cessões e vendas de recebíveis praticadas ao longo do ano.

Nossas despesas de depreciação e amortização passaram de R\$ 4,1 milhões (4T12) para R\$ 4,8 milhões (4T13). No acumulado do ano esta despesa aumentou de R\$ 15,0 milhões para R\$ 18,1 milhões em 2013, principalmente em virtude do efeito das aquisições e aberturas de lojas realizadas no último ano.

Lucro / (Prejuízo) Líquido

No 4T13 registramos um lucro líquido de R\$ 25,8 milhões (9,9% da receita líquida) em comparação com R\$ 34,3 milhões no 4T12 (12,9% da receita líquida).

No acumulado do ano de 2013 passamos a apresentar um lucro líquido no exercício de R\$ 36,9 milhões contra um prejuízo de R\$ -14,2 milhões em 2012.

Endividamento

Fechamos 2013 com uma dívida bruta de R\$ 413,4 milhões e R\$ 42,7 milhões de caixa e aplicações financeiras totalizando uma dívida líquida de R\$ 370,7 milhões, com crescimento de 17,6% em comparação com 2012 (R\$ 315,3 milhões). Importante salientar que no indicador Dívida Líquida/EBITDA tivemos uma melhora e que também após a assinatura da Assembleia Geral de Debenturistas (AGD) reclassificamos a dívida das debêntures para o longo prazo, conforme informado no release do 2T13.

O aumento do endividamento no ano se deu basicamente em função da necessidade de maior capital de giro em função dos volumes de importação e compras e os investimentos no período, que incluíram nossa participação na joint venture com a Tommy, o complemento do pagamento de aquisições ocorridas em 2012 e reformas de lojas da nossa rede própria nas diferentes marcas.

BALANÇO PATRIMONIAL

BALANÇO PATRIMONIAL	2013	2012	Var. (%)	BALANÇO PATRIMONIAL	2013	2012	Var. (%)
ATIVO				PASSIVO			
CIRCULANTE				CIRCULANTE			
Caixa e equivalentes de caixa	42.666	59.714	-28,5%	Fornecedores	29.987	40.957	-26,8%
Contas a receber	123.010	167.580	-26,6%	Empréstimos e financiamentos	238.632	374.202	-36,2%
Estoques	212.615	139.285	52,6%	Obrigações trabalhistas	33.543	26.821	25,1%
Impostos a recuperar	37.055	28.841	28,5%	Impostos a recolher	27.041	36.627	-26,2%
Dividendos antecipados	13	13	0,0%	Provisão para IR e CS	9.033	1.434	529,9%
Créditos diversos	18.673	18.086	3,2%	Arrendamento operacional	8.510	7.644	11,3%
Total do ativo circulante	434.032	413.519	5,0%	Contas a pagar	34.844	23.653	47,3%
NÃO CIRCULANTE				NÃO CIRCULANTE			
Realizável a longo prazo:				Parcelamento de tributos	5.779	8.720	-33,7%
Depósitos judiciais	3.287	2.484	32,3%	Adiantamento de clientes	8.108	3.024	168,1%
Impostos a recuperar LP	5.854	-	0,0%	Dividendos a pagar	7.814	2.046	281,9%
Partes relacionadas	39.485	29.456	34,0%	Partes relacionadas	-	5.967	-100,0%
Investimentos	24.936	1.345	1754,0%	Total do passivo circulante	403.291	531.095	-24,1%
Imobilizado	98.225	100.222	-2,0%	NÃO CIRCULANTE			
Intangível	225.524	231.058	-2,4%	Contas a pagar	20.874	31.693	-34,1%
Ágio	233.202	233.202	0,0%	Empréstimos e financiamentos	174.750	840	20703,6%
Total do ativo não circulante	630.513	597.767	5,5%	Provisão para contingências	31.058	41.471	-25,1%
TOTAL DO ATIVO	1.064.545	1.011.286	5,3%	Parcelamento de tributos	12.372	11.695	5,8%
				IR e CS diferidos	45.370	52.549	-13,7%
				Total do passivo não circulante	284.424	138.248	105,7%
				PATRIMÔNIO LÍQUIDO			
				Capital social	285.446	285.446	0,0%
				Reserva especial de ágio	49.954	49.954	0,0%
				Reservas de lucros	45.365	464	9676,9%
				Ajustes de avaliação patrimonial	-	10.529	n.a.
				Participação não controladora	(3.935)	(4.450)	11,6%
				Total do patrimônio líquido	376.830	341.943	10,2%
				TOTAL DO PASSIVO E PL	1.064.545	1.011.286	5,3%

Ativo Circulante

Em 31 de dezembro de 2013, nosso ativo circulante era de R\$434,0 milhões em comparação com R\$413,5 milhões em 31 de dezembro de 2012. Esse aumento ocorreu principalmente pelas variações abaixo descritas.

Caixa e equivalentes de caixa

Em 31 de dezembro de 2013, registramos o valor de R\$42,7 milhões em caixa, contra R\$59,7 para igual período de 2012. As aplicações financeiras são compostas de CDBs e outros títulos de liquidez

imediate e prazo de vencimento inferior ou igual a 90 dias, com insignificante risco de alteração de valor, os quais foram remunerados por taxas de 75% a 102,5% sobre a variação do CDI ao ano (de 75% a 102,5% em 2012) e administrados por instituições financeiras independentes, sendo as principais o Banco Itaú e o Banco do Brasil.

Contas a receber

O valor das contas a receber de clientes totalizava R\$123,0 milhões em 31 de dezembro de 2013, em comparação aos R\$167,6 milhões em 31 de dezembro de 2012.

O prazo médio de recebimento na venda de produtos no atacado (títulos e faturas) foi de 66 dias em 2013 e de 93 dias em 2011 e no varejo (cartões de crédito e cheques) foi de 23 dias contra 75 dias, respectivamente.

Nenhum cliente representa mais de 1% do saldo total de contas a receber.

Estoques

A conta estoque aumentou de R\$139,3 milhões, ao final de 2012 para 212,6 milhões, ao final de 2013 devido, principalmente, à melhora no abastecimento das lojas quando comparado ao período anterior. A Administração entende que este nível de estoque foi adequado para o negócio em 2013, embora a Administração entenda que há espaços para melhor eficiência deste indicador em 2014.

Impostos a recuperar/compensar

Em 31 de dezembro de 2013, tínhamos o montante de R\$37,0 milhões em impostos a recuperar (principalmente Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Serviços - ICMS), em comparação aos R\$28,8 milhões em 31 de dezembro de 2012.

Créditos diversos

Em 31 de dezembro de 2013, tínhamos o montante de R\$18,7 milhões em comparação aos R\$18,1 milhões em 31 de dezembro de 2012.

Não Circulante

Partes relacionadas

O valor de R\$39,5 milhões em 31 de dezembro de 2013 refere-se substancialmente a duas operações com os antigos acionistas da Companhia de Marcas, conforme abaixo:

(i) - R\$ 10,3 milhões refere-se a passivos indenizáveis de responsabilidade individual e sem solidariedade dos ex-acionistas da CDM, conforme Contrato de Subscrição firmado em 30 de novembro de 2011. A Companhia possui instrumentos contratuais como garantia de reembolso dessas obrigações.

(ii) R\$ 28,2 milhões referente a empréstimos de mútuo a ex-acionistas da CDM, que migraram e são atuais acionistas da Companhia, com vencimento em 1º de março de 2015, e sujeitos a juros equivalentes à variação de 100% do CDI

Em 31 de dezembro de 2012, os valores dessas operações eram de R\$ 29,5 milhões.

Ativo Permanente

Investimentos

Em 31 de dezembro de 2013, o registro na conta investimentos refere-se ao investimento na nossa controlada em conjunto Tommy Hilfiger.

Imobilizado

O nosso imobilizado totalizou R\$98,2 milhões em 31 de dezembro de 2013, em comparação aos R\$100,2 milhões contabilizados em 31 de dezembro de 2012. Este decréscimo é decorrente das movimentações recorrentes do imobilizado, adicionada a venda do imóvel onde está localizada a sede da Companhia.

Intangível

O ativo intangível totalizou R\$225,5 milhões em 31 de dezembro de 2013, em comparação ao montante de R\$231,0 milhões registrado em 31 de dezembro de 2012. Esta diminuição refere-se a baixa de direitos de uso de ponto comercial efetuadas ao longo de 2013. Os ativos intangíveis são substancialmente formados por valores pagos a shopping center para instalação de lojas, cujo valor é amortizado de acordo com o período do respectivo contrato de locação.

Ágio em empresas incorporadas

A nossa conta de ágio em empresas incorporadas totalizou R\$233,2 milhões em 31 de dezembro de 2013, comparado ao montante de R\$233,2 milhões registrados em 31 de dezembro de 2012. Os ágios contabilizados referem-se basicamente ao registro do ágio na aquisição das empresas VR, CDM, ITW e Mandi.

Passivo Circulante

Em 31 de dezembro de 2013, o passivo circulante era de R\$403,3 milhões, em comparação com R\$531,1 milhões em 31 de dezembro de 2012.

Fornecedores

Em 31 de dezembro de 2013, tínhamos R\$30,0 milhões a pagar a fornecedores no curto prazo, em comparação com os R\$41,0 milhões registrados em 31 de dezembro de 2012.

Empréstimos e financiamentos

Em 31 de dezembro de 2013, tínhamos R\$238,6 milhões a pagar referente a empréstimos e financiamentos no curto prazo, em comparação com os R\$374,2 milhões registrados em 31 de dezembro de 2012.

Nossa dívida ao final de 2013 é composta por R\$ 223,8 milhões de debêntures, R\$140,2 de capital de giro, R\$ 22,6 milhões de financiamento para importação, R\$21,7 milhões de duplicatas cedidas, R\$4,5 milhões em outras modalidades.

As captações foram realizadas para financiar a aquisição de novas marcas, compra de estoques, pagamento de dívidas de maior custo e reforço do caixa operacional.

Salários e encargos sociais

As nossas obrigações trabalhistas somavam R\$33,5 milhões em 31 de dezembro de 2013, contra R\$26,8 milhões registrados em 31 de dezembro de 2012. Esse aumento deveu-se principalmente pelo nosso crescimento orgânico e conseqüente aumento do nosso quadro de funcionários.

Impostos a recolher

Em 31 de dezembro de 2013, o saldo da conta "Impostos a Recolher" no curto prazo era de R\$27,0 milhões, contra R\$36,6 milhões registrados em 31 de dezembro de 2012. Esse decréscimo é justificado, principalmente, pelos benefícios fiscais apurados pela Companhia durante o ano de 2013.

Contas a pagar

Nossas contas a pagar no curto prazo somavam R\$ 34,8 milhões em 31 de dezembro de 2013, contra os R\$23,7 milhões registrados em 31 de dezembro de 2012. Dentro desta conta estão contabilizados, além de aluguel de lojas a pagar, seguros e comissões, e o pagamento das aquisições das sociedades, sendo que o aumento do período refere-se substancialmente a reclassificação entre longo e curto prazo em 2013.

Parcelamento de tributos

Em 31 de dezembro de 2013, o saldo da conta "Parcelamento de tributos" no curto prazo era de R\$5,8 milhões, contra R\$8,7 milhões registrados em 31 de dezembro de 2012. A Companhia e a controlada direta Inbrands Indústria possui débitos fiscais parcelados de acordo com a Lei nº 10.522/02, corrigidos mensalmente pela taxa SELIC. Durante 2010, ocorreu a aderência ao parcelamento de débitos fiscais (REFIS) previsto na Lei nº 11.941/09, optando por liquidar esses débitos fiscais em até 180 meses. Em 2012 e 2013, ocorreram novas aderências a parcelamentos de estaduais e federais, optando por liquidá-los em 120 e 60 meses, respectivamente. Ao longo do ano de 2013, foram efetuados os pagamentos desses parcelamentos.

Adiantamento de clientes

Os adiantamentos de clientes totalizaram R\$ 8,1 milhões em 31 de dezembro de 2013, representando uma variação positiva de R\$5,1 milhões, ou 168,1%, em comparação aos R\$3,0 milhões registrados em 31 de dezembro de 2012. Em relação ao total do passivo e patrimônio líquido, o saldo de adiantamento de clientes representou 0,8% em 31 de dezembro de 2013 e 0,3% em 31 de dezembro de 2012.

Passivo não circulante

Contas a pagar

As contas a pagar de longo prazo somam R\$ 20,9 milhões em 31 de dezembro de 2013, contra R\$ 31,7 milhões em 31 de dezembro de 2012, tendo em vista a reclassificação de longo para curto prazo referente ao valor de aquisição da empresa ITW, a qual será paga no decorrer dos próximos 3 anos. Em relação ao total do passivo e patrimônio líquido, as contas a pagar representaram 2,0% e 3,1%, respectivamente.

Provisão para riscos tributários, cíveis e trabalhistas

Em 31 de dezembro de 2013, as nossas provisões para riscos tributários, cíveis e trabalhistas eram de R\$31,1 milhões, e em 31 de dezembro de 2012 era de R\$ 41,5 milhões, demonstrando um decréscimo de 25,1%, influenciado basicamente pela baixa de contingências trabalhistas e tributárias.

Parcelamento de tributos

Em 31 de dezembro de 2013, o saldo da conta "Parcelamento de tributos" no longo prazo era de R\$12,3 milhões, contra R\$11,7 milhões registrados em 31 de dezembro de 2012. A Companhia e a controlada direta Inbrands Indústria possui débitos fiscais parcelados de acordo com a Lei nº 10.522/02, corrigidos mensalmente pela taxa SELIC. Durante 2010, ocorreu a aderência ao parcelamento de débitos fiscais (REFIS) previsto na Lei nº 11.941/09, optando por liquidar esses débitos fiscais em até 180 meses. Em 2012 e 2013, ocorreram novas aderências a parcelamentos de estaduais e federais, optando por liquidá-los em 120 e 60 meses, respectivamente. Ao longo do ano de 2013, foram efetuados os pagamentos desses parcelamentos.

Provisão para IR e CS

O total de provisão para IR e CS, em 31 de dezembro de 2013, é de R\$45,4 milhões, em relação ao R\$52,5 milhões registrado em 31 de dezembro de 2012. Em 2013, a Companhia constituiu IR e CS diferidos provenientes de prejuízo fiscal e base negativa de contribuição.

Patrimônio Líquido

O patrimônio líquido dos acionistas controladores era de R\$376,8 milhões em 31 de dezembro de 2013, contra o montante de R\$341,9 milhões contabilizado em 31 de dezembro de 2012. Este aumento ocorreu principalmente pelas variações abaixo descritas:

Capital Social e Reserva Especial de Ágio

Em 31 de dezembro de 2013 e de 2012, os montantes de R\$ 285,4 referente a Capital Social e R\$ 49,9 referente a Reserva Especial de Ágio, permaneceram inalterados.

Ajustes na avaliação patrimonial

Em 31 de dezembro de 2013, a conta de ajustes na avaliação patrimonial (referente aos efeitos da adoção de novas práticas contábeis -IFRS e CPC) foi integralmente realizada no montante de R\$ 10,6 milhões, tendo em vista a venda do imóvel onde está localizada a sede da Companhia.

Reserva de Lucros, Reserva Legal e Dividendos Propostos

Em 31 de dezembro de 2013, a Companhia obteve um lucro líquido de R\$ 36,4 milhões, os quais foram destinados conforme descrito abaixo:

- R\$ 1,8 milhões para a constituição de reserva legal, correspondente a 5% do lucro líquido do exercício social encerrado em 31 de dezembro de 201, não podendo exceder a 20% do capital

social. A reserva legal tem por fim assegurar a integridade do capital social e somente poderá ser utilizada para compensar prejuízo e aumentar capital.

- R\$ 5,8 milhões para pagamento de dividendos, correspondendo a R\$ 0,06078 por ação;
- R\$ 11,5 milhões referente à absorção do prejuízo acumulado nos períodos anteriores
- R\$ 17,3 milhões referente ao saldo remanescente de lucros acumulados, constituída como reserva de retenção de lucros nos termos da Lei das Sociedades por Ações, para atender ao projeto de crescimento dos negócios estabelecido no plano de investimentos, conforme orçamento de capital proposto pelos administradores da Companhia, a ser deliberado em Assembleia Geral.

Em 31 de dezembro de 2012, a Companhia incorreu em prejuízos no montante de R\$ 13,6 milhões, os quais foram destinados à conta de Lucros e Prejuízos Acumulado.

➤ **Resultado consolidado de 31 dezembro de 2012 comparado com 31 de dezembro de 2011**

Demonstrações do Resultado para o Exercício findo em 31 de dezembro de 2012	4T12	4T11	Var. (%)	2012	2011	Var. (%)
RECEITA OPERACIONAL LÍQUIDA	289.690	160.350	81%	779.890	370.819	110%
CUSTO DAS MERCADORIAS E DOS SERVIÇOS VENDIDOS	(120.907)	(73.975)	63%	(334.116)	(150.292)	122%
LUCRO BRUTO	168.783	86.375	95%	445.774	220.527	102%
(DESPESAS) RECEITAS OPERACIONAIS						
Vendas	(101.105)	(51.719)	95%	(252.955)	(114.431)	121%
Gerais e administrativas	(26.832)	(33.454)	-20%	(151.980)	(86.352)	76%
Depreciações e amortizações	(4.373)	(3.454)	27%	(14.987)	(6.358)	136%
Equivalência patrimonial	(153)	(3.848)	-96%	(153)	(7.474)	-98%
Ganho na remensuração de participação	-	13.161	-100%	-	13.161	
Outras receitas (despesas) operacionais	892	(36.576)	-102%	1.749	(37.121)	-105%
LUCRO OPERACIONAL ANTES DO RESULTADO FINANCEIRO	37.212	(29.515)	-226%	27.448	(18.048)	-252%
RESULTADO FINANCEIRO						
Despesas financeiras	(17.281)	(8.061)	114%	(58.420)	(18.144)	222%
Receitas financeiras	2.834	9.536	-70%	18.442	33.944	-46%
Variação cambial, líquida	19	(1.502)	-101%	(986)	(1.737)	-43%
LUCRO ANTES DO IMPOSTO DE RENDA E DA CONTRIBUIÇÃO SOCIAL	22.784	(29.542)	-177%	(13.516)	(3.985)	239%
IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL						
Correntes	(1.456)	(4.869)	-70%	(12.019)	-15.200	-21%
Diferidos	11.230	2.855	293%	11.346	-567	-2101%
LUCRO DO EXERCÍCIO PROVENIENTE DE OPERAÇÕES CONTINUADAS	32.558	(31.556)	-203%	(14.189)	(19.752)	-28%
OPERAÇÕES DESCONTINUADAS						
Prejuízo do exercício proveniente de operações descontinuadas	1.712	5.021	-66%	-	-2.348	-100%
LUCRO LÍQUIDO DO EXERCÍCIO	34.270	(26.535)	-229%	(14.189)	(22.100)	-36%

Rede de Distribuição

Lojas Próprias

Número de Lojas Próprias	2012	2011	Var. (%)
Richards e Selaria Richards	54	52	3,8%
Ellus e Ellus Second Floor	54	48	12,5%
VR e VR Kids	18	15	20,0%
Salinas	18	17	5,9%
Alexandre Herchcovitch	2	3	-33,3%
Mandi	14		
Bobstore	12		
Total	172	135	27,4%

Número de Lojas Próprias	2012	2011*	Var. (%)
Richards e Selaria Richards	54	52	3,8%
Ellus e Ellus Second Floor	54	48	12,5%
VR e VR Kids	18	15	20,0%
Salinas	18	17	5,9%
Alexandre Herchcovitch	2	3	-33,3%
Mandi	14	8	75,0%
Bobstore	12	11	9,1%
Total	172	154	11,7%

* Incluindo operações da Mandi e Bobstore para fins comparativos

Franquias

Número de Franquias	2012	2011	Var. (%)
Richards e Selaria Richards	25	32	-21,9%
Ellus e Ellus Second Floor	28	35	-20,0%
VR e VR Kids	31	36	-13,9%
Salinas	31	29	6,9%
Alexandre Herchcovitch	0	0	0,0%
Mandi	14		
Bobstore	48		
Total	177	132	34,1%

Número de Franquias	2012	2011*	Var. (%)
Richards e Selaria Richards	25	32	-21,9%
Ellus e Ellus Second Floor	28	35	-20,0%
VR e VR Kids	31	36	-13,9%
Salinas	31	29	6,9%
Alexandre Herchcovitch	0	0	0,0%
Mandi	14	24	-41,7%
Bobstore	48	46	4,3%
Total	177	202	-12,4%

* Incluindo operações da Mandi e Bobstore para fins comparativos

Cientes Multimarcas

Número de Clientes Multimarcas	2012	2011	Var. (%)
Richards e Selaria Richards	804	792	1,5%
Ellus e Ellus Second Floor	2.013	1.857	8,4%
VR e VR Kids	903	875	3,2%
Salinas	504	475	6,1%
Alexandre Herchcovitch	5		
Mandi	413		
Bobstore	274		
Total	4.916	3.999	22,9%

Número de Clientes Multimarcas	2012	2011*	Var. (%)
Richards e Selaria Richards	804	792	1,5%
Ellus e Ellus Second Floor	2.013	1.857	8,4%
VR e VR Kids	903	875	3,2%
Salinas	504	475	6,1%
Alexandre Herchcovitch	5	0	0,0%
Mandi	413	335	23,3%
Bobstore	274	211	29,9%
Total	4.916	4.545	8,2%

* Incluindo operações da Mandi e Bobstore para fins comparativos.

Receita Bruta

Receita Bruta*	4T12	4T11	Var. (%)	2012	2011	Var. (%)
Receita Bruta Total	370.914	225.106	64,8%	1.002.073	498.380	101,1%
Por Marca						
Richards, SELARIA Richards	132.115	58.197	127,0%	307.578	58.197	428,5%
Ellus e Ellus Second Floor	119.629	105.529	13,4%	348.274	283.250	23,0%
VR e VR Kids	46.967	49.471	-5,1%	151.328	111.752	35,4%
Salinas	26.641	8.893	199,6%	49.889	8.893	461,0%
Bobstore	23.986		100,0%	58.139	-	100,0%
Mandi	17.779		100,0%	47.456	-	100,0%
Alexandre Herchcovitch	3.030	2.411	25,7%	8.752	7.149	22,4%
Luminosidade	766	605	26,6%	30.658	29.139	5,2%
Por Canal						
Franquias	117.819	62.931	87,2%	155.267	52.093	198,1%
Multimarcas	81.670	33.779	141,8%	326.418	150.530	116,8%
Lojas Próprias	170.659	127.791	33,5%	489.730	266.618	83,7%
Conteúdo de Moda	766	605	26,6%	30.658	29.139	5,2%

Nossa receita bruta totalizou R\$ 370,9 milhões no 4T12, com crescimento total de 56,9% em relação ao 4T11. Esse resultado foi gerado pelo crescimento orgânico de 15,1% das marcas que já pertenciam ao portfólio no 4T11 e também pelo faturamento das novas marcas, Bobstore e Mandi, adquiridas durante o ano 2012.

Ao final de 2012, alcançamos a marca de receita Bruta de R\$1 bilhão (R\$498,4 milhões em 2011) graças ao crescimento orgânico de 10% conquistado através de aquisição de franqueados, aberturas de novas lojas (18) e diversificação de nossos produtos, além é claro e mais importante, através das aquisições de marcas em 2012 e o impacto do anual total das receitas das marcas adquiridas em 2011.

Devido às aquisições feitas pela companhia no ano de 2011 e 2012, as informações de receita bruta não são comparativas e por este motivo apresentamos o abaixo um quadro com as receitas históricas comparáveis nos períodos:

Receita Bruta	4T12	4T11	* Var. (%)	2012	2011	*Var. (%)
Receita Bruta Total	370.914	318.266	16,5%	1.030.859	879.628	17,2%
Por Marca						
Richards, SELARIA Richards	132.115	107.051	23,4%	307.578	281.673	9,2%
Ellus e Ellus Second Floor	119.629	105.529	13,4%	347.274	283.250	22,6%
VR e VR Kids	46.967	49.471	-5,1%	151.328	111.752	35,4%
Salinas	26.641	20.891	27,5%	49.889	44.792	11,4%
Bobstore	23.986	16.590	44,6%	77.741	67.157	15,8%
Mandi	17.779	15.719	13,1%	57.639	54.717	5,3%
Alexandre Herchcovitch	3.030	2.411	25,7%	8.752	7.149	22,4%
Luminosidade	766	605	26,6%	30.658	29.139	5,2%
Por Canal						
Franquias	117.819	93.127	26,5%	165.483	122.450	35,1%
Multimarcas	81.670	63.889	27,8%	331.418	277.246	19,5%
Lojas Próprias	170.659	160.645	6,2%	503.300	450.793	11,6%
Conteúdo de Moda	766	605	26,6%	30.658	29.139	5,2%

*Receitas históricas comparáveis

Same Store Sales (SSS)	2012	2011
Richards, SELARIA Richards	-4,9%	5,2%
Ellus e Ellus Second Floor	11,7%	22,1%
VR e VR Kids	-6,9%	6,6%
Salinas	5,4%	8,3%
Bobstore	-10,0%	5,3%
Mandi	-24,5%	4,6%
Alexandre Herchcovitch	-3,4%	32,1%

Evolução por marca

Ellus e Ellus 2nd Floor: A receita bruta das marcas Ellus e Ellus 2nd Floor apresentou crescimento de 13,4% no 4T12, distribuído em todos os canais (multimarcas, franquias e lojas próprias). Comparativamente nossa Receita Bruta em 2012 foi 22,6% superior a 2011, devido basicamente a abertura de 6 novas lojas e ampliação de 8,4% de nossa base de clientes multimarcas. Same Stores Sales de 11,7% no ano 2012, sobre uma base de crescimento de 22,1% em 2011.

Richards e Selaria Richards: Crescimento no 4T12 de 23,4% comparativo com 4T11, refletido principalmente pelo bom desempenho de lojas próprias. No ano de 2012 o crescimento foi de 9,2%. Houve um pequeno recuo no SSS principalmente devido a impactos decorrentes do melhor gerenciamento de estoques, cujo saldo de produto acabado ao final do ano teve a redução significativa de 40% de 2011 para 2012, com melhor aproveitamento de coleções anteriores e menor produção/compra de novos itens. Parte de falta de produtos em relação a demanda verificada ao longo do ano, também decorreram de ineficiências em logística ainda existentes em nossa operação.

VR e VR Kids: A receita bruta das marcas VR e VR Kids sofreu uma queda de -5,1%, entretanto no comparativo anual obtivemos um crescimento de 35,4%, basicamente devido a abertura de 3 novas lojas durante o ano e ampliação da base de clientes multimarcas.

Salinas: Obteve um crescimento de 27,5% na receita do 4T12 comparativamente ao 4T11 (11,4% no comparativo anual), explicado em sua maior parte pela boa performance das lojas próprias (SSS da marca cresceu 5,4%), abertura de 1 nova loja própria e 2 franquias.

Bobstore: Em abril de 2012 realizamos a aquisição da Marca Bobstore, seus pontos de venda de lojas próprias e sua carteira de clientes correspondentes aos lojistas franqueados. No 4T12 obtivemos um crescimento da Receita Bruta de 44,6% comparativamente com a receita

Bruta histórica comparável do 4T11, basicamente devido a abertura de 1 nova loja própria e 2 novas franquias. O crescimento do ano 2012 comparativo ao ano 2011 foi de 15,8%.

Mandi: Em abril de 2012 também foi concretizada a aquisição da Marca Mandi, seus pontos de venda de lojas próprias e sua carteira de clientes correspondentes aos lojistas franqueados. No 4T12 o crescimento desta marca foi de 13,1% em virtude da revisão do quadro de franqueados que resultaram na aquisição de 6, aumentando nossas lojas próprias, e encerramento de 4 lojas franqueadas, no ano 2012 o crescimento foi de 5,3% comparativo com 2011. Adicionalmente finalizamos a comercialização de determinadas linhas de produtos importados no Brasil, que ocasionaram redução da receita bruta em nossas lojas da Mandi.

Luminosidade: Nossa operação da Luminosidade, responsável pela organização de eventos como SPFW e Fashion Rio, foi reestruturada durante 2012 e gerou no ano 2012 uma receita Bruta de R\$ 30,7 milhões crescimento de 5,2% em relação a 2011.

Evolução por canal

Varejo (Lojas Próprias): Obtivemos crescimento de 6,2% nas vendas do 4T12 contra mesmo período de 2011 e 11,6% no ano 2012 comparativo com 2011, basicamente devido a abertura de 18 novas lojas e as aquisições da Mandi (8) e Bobstore (11).

Atacado (Franquias e Multimarcas): Forte crescimento de 26,5% em franquias e 27,8% em multimarcas no 4T12, canais que juntos representam 48% da receita total da companhia. No ano o crescimento foi de 35,1% e 19,5% respectivamente. Ao final de 2012 consolidamos nossas estruturas para atendimento a clientes de atacado através de showrooms únicos, localizados no RJ e em SP. Nessas estruturas cada marca tem um espaço próprio com ambientação inspirada no visual merchandising de suas respectivas lojas, estrutura esta que possibilita uma melhor identidade dos clientes com as marcas, conhecimento aprofundado dos produtos em cada coleção e ampla visibilidade de todas as marcas aos clientes multimarcas. Nossa base de clientes multimarcas aumentou 8,2% durante o ano 2012 (4.545 clientes no 4T11 para 4.916 no 4T12).

E-commerce: Fechamos o ano de 2012 com um crescimento expressivo de 60% (R\$17,4 milhões em 2012 em comparação com R\$10,5 milhões em 2011) neste canal, tendo uma plataforma de nova geração, dando suporte às vendas em nossas lojas virtuais de todas as marcas de nosso portfólio. Acreditamos que este canal é chave para nosso posicionamento futuro e interação mais do que comprovada com nossas lojas físicas.

Lucro Bruto

Lucro Bruto e Margem Bruta	4T12	4T11	Var. (%)	2012	2011	Var. (%)
Lucro Bruto	168.783	86.375	95,4%	445.774	220.527	102,1%
Margem Bruta	58,3%	53,9%		57,2%	59,5%	

Nosso Lucro Bruto obteve crescimento de 102,1% em 2012 em relação ao mesmo período de 2011, totalizando R\$ 445,8 milhões. O alto crescimento se deve às aquisições feitas no período (VR, Richards e Salinas).

Nossa Margem Bruta de 2012 teve queda de 2,3 p.p. em relação a 2011 basicamente porque a margem bruta das marcas incorporadas ao portfólio ao longo de 2012 foi menor que a de marcas existentes, mais estáveis, com escala e consolidadas em rentabilidade. Isto ocorre tanto pelas características dos produtos que vendem, quanto pelos estágios diferentes de evolução das suas estruturas de fornecimento, refletindo as grandes oportunidades que temos na troca de melhores práticas nessa área.

No 4T12 obtivemos um aumento de 4,4 p.p em comparação com 4T11 devido basicamente ao volume de vendas das marcas relevantes em operação de lojas próprias, cujo mark-up evoluiu durante o ano de 2012.

Despesas de Vendas, Gerais e Administrativas

Despesas de Vendas, Gerais e Administrativas	4T12	4T11	Var. (%)	2012	2011	Var. (%)
Despesas de Vendas, Gerais e Administrativas	-127.937	-85.173	50,2%	-404.935	-200.783	101,7%
% da Receita Líquida	-44,2%	-53,1%		-51,9%	-54,1%	
Despesas de Vendas	-101.105	-51.719	95,5%	-252.955	-114.431	121,1%
% da Receita Líquida	-34,9%	-32,3%		-32,4%	-30,9%	
Despesas Gerais e Administrativas	-26.832	-33.454	-19,8%	-151.980	-86.352	76,0%
% da Receita Líquida	-9,3%	-20,9%		-19,5%	-23,3%	

Nossas despesas de vendas, gerais e administrativas tiveram crescimento absoluto de 101,7% em 2012 contra 2011, refletindo as incorporações das aquisições realizadas ao longo do ano de 2012 e alguns custos relativos à integração e reorganização da empresa. No 4T12 o crescimento foi de 50,2% em comparação com o 4T11.

Analisando-as como percentual de receita, observamos queda 2,2 p.p. no ano 2012 gerada principalmente pela captura de sinergia nas áreas comerciais e administrativas.

Durante o ano 2012 as atividades da nossa sede administrativa do Rio de Janeiro foram encerradas e as operações transferidas para São Paulo como parte da reestruturação administrativa financeira. Adicionalmente as incorporações das empresas realizadas em 2012 gerarão maior eficiência administrativa ao longo do ano 2013.

Depreciação, Amortização e Resultado Financeiro

Nosso resultado financeiro líquido passou de R\$ 14,1 milhões de receita em 2011 para R\$ 41,0 milhões de despesa em 2012 (R\$0,0 no 4T11 para R\$14,4 no 4T12), basicamente devido aos juros relacionados com as debêntures captadas para financiamento das aquisições de marcas, aquisições de estoque e reforço do caixa em 2012.

Nossas despesas de depreciação e amortização passaram de R\$6,4 milhões para R\$15,0 milhões em 2012 (R\$3,5 milhões no 4T11 passou para R\$4,4 milhões no 4T12) principalmente em virtude das aquisições e incorporações realizadas em 2011, as quais tiveram efeito anualizado em 2012 (Richards e Salinas).

Lucro Líquido

No 4T12 nosso lucro líquido foi de R\$ 34,3 milhões (11,8% da receita líquida) em comparação com R\$ -26,5 milhões no 4T11 (-16,5% da receita líquida).

No ano 2012 tivemos um prejuízo de R\$ -14,2 milhões (- 1,8% da receita líquida) em comparação com R\$ -22,1 milhões no ano 2011 (-6,0% da receita líquida).

BALANÇO PATRIMONIAL

BALANÇOS PATRIMONIAIS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2012		
R\$Mil	31/12/2012	31/12/2011
ATIVO		
CIRCULANTE		
Caixa e equivalentes de caixa	59.714	19.412
Títulos e valores mobiliários	-	37.496
Contas a receber	167.580	157.449
Estoques	139.285	108.855
Impostos a recuperar	28.841	13.621
Dividendos antecipados	13	13
Créditos diversos	18.083	5.344
Ativos classificados como mantidos para venda	-	18.807
Total do ativo circulante	413.516	360.997
NÃO CIRCULANTE		
Realizável a longo prazo:	31.941	31.361
Imposto de renda e contribuição social		
Imposto de renda e contribuição social diferidos	-	3.884
Depósitos judiciais	2.485	1.767
Partes relacionadas	29.456	25.710
Imobilizado	100.222	76.712
Intangível	232.759	164.948
Ágio	232.082	181.207
Total do ativo não circulante	598.349	454.228
TOTAL DO ATIVO	1.011.865	815.225

BALANÇOS PATRIMONIAIS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2012		
R\$Mil	31/12/2012	31/12/2011
PASSIVO		
CIRCULANTE		
Fornecedores	40.957	33.127
Empréstimos e financiamentos	374.202	177.808
Salários, provisões e contribuições sociais	26.821	23.470
Impostos a recolher	36.627	32.279
Provisão para imposto de renda e contribuição social	1.434	8.443
Arrendamento operacional - lojas	7.644	12.156
Contas a pagar	23.653	59.479
Parcelamento de tributos	8.720	8.109
Adiantamento de clientes	3.024	5.403
Dividendos a pagar	2.046	2.046
Partes relacionadas	5.967	14
Passivos diretamente associados a ativos mantidos para venda	-	18.807
Total do passivo circulante	531.095	381.141
NÃO CIRCULANTE		
Contas a pagar	31.693	2.679
Empréstimos e financiamentos	840	4.224
Provisão para riscos tributários, cíveis e trabalhistas	41.471	30.520
Parcelamento de tributos	11.695	17.491
Imposto de renda e contribuição social diferidos	53.128	52.517
Total do passivo não circulante	138.827	107.431
PATRIMÔNIO LÍQUIDO		
Capital social	290.243	265.446
Reserva especial de ágio	45.157	45.157
Reservas de lucros	465	5.405
Ajustes de avaliação patrimonial	10.528	10.625
Patrimônio líquido atribuído aos controladores	346.393	326.633
Participação não controladora	(4.450)	20
Total do patrimônio líquido	341.943	326.653
TOTAL DO PASSIVO E PATRIMÔNIO LÍQUIDO	1.011.865	815.225

Ativo Circulante

Em 31 de dezembro de 2012, nosso ativo circulante era de R\$413,5 milhões em comparação com R\$361,0 milhões em 31 de dezembro de 2011. Esse aumento ocorreu principalmente pelas variações abaixo descritas.

Caixa e equivalentes de caixa

Em 31 de dezembro de 2012, registramos o valor de R\$59,7 milhões em caixa, contra R\$19,4 para igual período de 2011. As aplicações financeiras são compostas de CDBs e outros títulos de liquidez imediata e prazo de vencimento inferior ou igual a 90 dias, com insignificante risco de alteração de valor, os quais foram remunerados por taxas de 75% a 102,5% sobre a variação do CDI ao ano (de 101% a 104,5% em 2011) e administrados por instituições financeiras independentes, sendo as principais os Bancos Itaú e Santander.

Títulos e valores mobiliários

Em 2011, a Companhia possuía aplicações financeiras no valor de R\$37.496, remuneradas pela taxa de 105% sobre a variação do CDI ao ano, no Banco Itaú Unibanco S.A. Essa aplicação financeira estava vinculada e garantia o pagamento das duas últimas parcelas devidas em decorrência da compra das ações representativas do capital social da VR Indústria mencionada na nota explicativa nº 6.2., liquidado ao longo de 2012.

Contas a receber

O valor das contas a receber de clientes totalizava R\$167,6 milhões em 31 de dezembro de 2012, em comparação aos R\$157,4 milhões em 31 de dezembro de 2011.

O aumento do contas a receber está atrelado ao aumento no faturamento sendo que a Provisão para Créditos de Liquidação Duvidosa (PCLD) cresceu menos, percentualmente, que nossas receitas brutas o que reflete uma melhoria nos controles de risco e melhor qualidade dos recebíveis.

O prazo médio de recebimento na venda de produtos no atacado (títulos e faturas) foi de 93 dias em 2012 e de 78 dias em 2011 e no varejo (cartões de crédito e cheques) foi de 75 dias contra 64 dias, respectivamente.

Nenhum cliente representa mais de 1% do saldo total de contas a receber.

Estoques

A conta estoque aumentou de R\$108,8 milhões, ao final de 2011 para 139,3 milhões, ao final de 2012 devido, principalmente, ao aumento de vendas decorrente das aquisições que fizemos em 2012.

Impostos a recuperar/compensar

Em 31 de dezembro de 2012, tínhamos o montante de R\$28,8 milhões em impostos a recuperar (principalmente Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Serviços - ICMS), em comparação aos R\$13,60 milhões em 31 de dezembro de 2011.

Créditos diversos

Em 31 de dezembro de 2012, tínhamos o montante de R\$18,1 milhões em comparação aos R\$5,3 milhões em 31 de dezembro de 2011. Esse crescimento decorreu de créditos a receber oriundos da consolidação das aquisições efetuadas em 2012.

Não Circulante

Partes relacionadas

O valor de R\$29,5 milhões em 31 de dezembro de 2012 refere-se substancialmente a duas operações com os antigos acionistas da Companhia de Marcas, conforme abaixo:

(i) - R\$ 13,7 milhões refere-se a passivos indenizáveis de responsabilidade individual e sem solidariedade dos ex-acionistas da CDM, conforme Contrato de Subscrição firmado em 30 de novembro de 2011. A Companhia possui instrumentos contratuais como garantia de reembolso dessas obrigações.

(ii) R\$ 15,8 milhões referente a empréstimos de mútuo a ex-acionistas da CDM, que migraram e são atuais acionistas da Companhia, com vencimento em 1º de março de 2015, e sujeitos a juros equivalentes à variação de 100% do CDI

Em 31 de dezembro de 2011, os valores dessas operações eram de R\$ 25,7 milhões.

Ativo Permanente

Investimentos

Em 31 de dezembro de 2012, o registro na conta investimentos refere-se ao investimento na nossa controlada em conjunto Tommy Hilfiger a qual não havia em 2011.

Imobilizado

O nosso imobilizado totalizou R\$100,2 milhões em 31 de dezembro de 2012, em comparação aos R\$76,7 milhões contabilizados em 31 de dezembro de 2011. Este incremento foi decorrente da consolidação das aquisições efetuadas ao longo de 2012.

Intangível

O ativo intangível totalizou R\$231,0 milhões em 31 de dezembro de 2012, em comparação ao montante de R\$164,9 milhões registrado em 31 de dezembro de 2011. Este incremento também se deveu à consolidação dos intangíveis das marcas adquiridas ao longo de 2012. Os ativos intangíveis são substancialmente formados por valores pagos a shopping center para instalação de lojas, cujo valor é amortizado de acordo com o período do respectivo contrato de locação.

Ágio em empresas incorporadas

A nossa conta de ágio em empresas incorporadas totalizou R\$233,2 milhões em 31 de dezembro de 2012, comparado ao montante de R\$181,2 milhões registrados em 31 de dezembro de 2011. Os ágios contabilizados referem-se basicamente ao registro do ágio na aquisição das empresas ITW e Mandi.

Passivo Circulante

Em 31 de dezembro de 2012, o passivo circulante era de R\$531,1 milhões, em comparação com R\$381,1 milhões em 31 de dezembro de 2011.

Fornecedores

Em 31 de dezembro de 2012, tínhamos R\$41,0 milhões a pagar a fornecedores no curto prazo, em comparação com os R\$33,1 milhões registrados em 31 de dezembro de 2011. Tal crescimento deve-se, mais uma vez, à incorporação do contas a pagar a fornecedores das empresas adquiridas em 2012.

Empréstimos e financiamentos

Em 31 de dezembro de 2012, tínhamos R\$374,2 milhões a pagar referente a empréstimos e financiamentos no curto prazo, em comparação com os R\$177,8 milhões registrados em 31 de dezembro de 2011.

Nossa dívida ao final de 2012 é composta por R\$ 250 milhões de debêntures, R\$89,0 de conta garantida, R\$ 25 milhões de financiamento para importação, R\$11 milhões em outras modalidades. As captações forma realizadas para financiar a aquisição de novas marcas, compra de estoques, pagamento de dívidas de maior custo e reforço do caixa operacional.

Salários e encargos sociais

As nossas obrigações trabalhistas somavam R\$26,8 milhões em 31 de dezembro de 2012, contra R\$23,5 milhões registrados em 31 de dezembro de 2011. Esse aumento deveu-se principalmente pelo nosso crescimento orgânico e consequente aumento do nosso quadro de funcionários, e as aquisições realizadas ao longo de 2012.

Impostos a recolher

Em 31 de dezembro de 2012, o saldo da conta "Impostos a Recolher" no curto prazo era de R\$36,6 milhões, contra R\$32,8 milhões registrados em 31 de dezembro de 2011. Esse aumento é justificado, principalmente, pela incidência tributária sobre o nosso faturamento, sendo uma consequência direta do aumento da nossa receita no ano de 2012.

Contas a pagar

Nossas contas a pagar no curto prazo somavam R\$ 23,7 milhões em 31 de dezembro de 2012, contra os R\$59,5 milhões registrados em 31 de dezembro de 2011. Dentro desta conta estão contabilizados, além de aluguel de lojas a pagar, seguros e comissões, e o pagamento das aquisições das sociedades, sendo que a queda do período refere-se substancialmente aos valores pagos pelas aquisições feitas ao longo de 2011.

Parcelamento de tributos

Em 31 de dezembro de 2012, o saldo da conta "Parcelamento de tributos" no curto prazo era de R\$8,7 milhões, contra R\$8,1 milhões registrados em 31 de dezembro de 2011. A Companhia e as controladas diretas Inbrands Indústria e Luminosidade possuem débitos fiscais parcelados de acordo com a Lei nº 10.522/02, corrigidos mensalmente pela taxa SELIC. Durante 2010, elas

aderiram ao parcelamento de débitos fiscais (REFIS) previsto na Lei nº 11.941/09, optando por liquidar esses débitos fiscais em até 180 meses.

Adiantamento de clientes

Os adiantamentos de clientes totalizaram R\$ 3,0 milhões em 31 de dezembro de 2012, representando uma variação negativa de R\$2,8 milhões, ou 44%, em comparação aos R\$5,4 milhões registrados em 31 de dezembro de 2011. Em relação ao total do passivo e patrimônio líquido, o saldo de adiantamento de clientes representou 0,3% em 31 de dezembro de 2012 e 0,7% em 31 de dezembro de 2011. Esses valores são relativos ao adiantamento que nossos patrocinadores fazem para custear os eventos da Luminosidade.

Partes relacionadas

Em 31 de dezembro de 2012, tínhamos o montante de R\$6,0 milhões, com partes relacionadas, referente a antecipações de recebíveis não performados no contexto estabelecido com a Auratus. Em relação ao total do passivo e patrimônio líquido, representaram 0,6%.

Passivo não circulante

Contas a pagar

As contas a pagar de longo prazo somam R\$ 31,7 milhões em 31 de dezembro de 2012, contra R\$ 2,7 milhões em 31 de dezembro de 2011, tendo em vista a um aumento referente a aquisição da empresa ITW, a qual será paga no decorrer dos próximos 4 anos. Em relação ao total do passivo e patrimônio líquido, as contas a pagar representaram 3,1% e 0,3%, respectivamente.

Provisão para riscos tributários, cíveis e trabalhistas

Em 31 de dezembro de 2012, as nossas provisões para riscos tributários, cíveis e trabalhistas eram de R\$41,5 milhões, e em 31 de dezembro de 2011 era de R\$ 30,5 milhões, demonstrando um aumento de 35,9%, influenciado basicamente pelo registro do passivo contingente no momento da aquisição da ITW.

Parcelamento de tributos

Em 31 de dezembro de 2012, o saldo da conta "Parcelamento de tributos" no longo prazo era de R\$11,7 milhões, contra R\$17,5 milhões registrados em 31 de dezembro de 2011. A Companhia e as controladas diretas Inbrands Indústria e Luminosidade possuem débitos fiscais parcelados de acordo com a Lei nº 10.522/02, corrigidos mensalmente pela taxa SELIC. Durante 2010, elas aderiram ao parcelamento de débitos fiscais (REFIS) previsto na Lei nº 11.941/09, optando por liquidar esses débitos fiscais em até 180 meses. Ao longo do ano de 2012, foram efetuados os pagamentos desses parcelamentos.

Provisão para IR e CS

O total de provisão para IR e CS, em 31 de dezembro de 2012, é de R\$52,5 milhões, em relação ao R\$48,6 milhões registrado em 31 de dezembro de 2011. Em 2012, a Companhia registrou IR diferido sobre o ágio mais valia das marcas adquiridas (Bobstore e Mandi), e constituiu IR e CS diferidos provenientes de prejuízo fiscal e base negativa de contribuição.

Patrimônio Líquido

O patrimônio líquido dos acionistas controladores era de R\$341,9 milhões em 31 de dezembro de 2012, contra o montante de R\$326,7 milhões contabilizado em 31 de dezembro de 2011. Este aumento ocorreu principalmente pelas variações abaixo descritas:

Capital Social e Reserva especial de ágio

O Capital Social aumentou de R\$265,5 milhões em 31 de dezembro de 2011 para R\$ 285,5 milhões ao final de 2012. A reserva de ágio também foi alterada em R\$ 4,8 milhões referente a emissão de bônus de subscrição concedido ao Sr. Alexandre Brett, os quais poderão ser convertidos em 1.431.264 ações ordinárias escriturais e sem valor nominal da Companhia, após o prazo de cinco anos.

Reserva de lucros

Em 31 de dezembro de 2012, a Companhia incorreu em prejuízos no montante de R\$ 13,6 milhões, os quais foram destinados à conta de Lucros e Prejuízos Acumulado.

Ajustes na avaliação patrimonial e dividendos propostos

A conta de ajustes na avaliação patrimonial (referente aos efeitos da adoção de novas práticas contábeis -IFRS e CPC) e manteve-se praticamente inalterada em R\$10,6 milhões. Com o prejuízo registrado no período não teremos pagamento de dividendos.

10.2. RESULTADO OPERACIONAL E FINANCEIRO

Comentário dos diretores sobre:

a) Resultado das operações da Companhia

i. Descrição de quaisquer componentes da receita

As nossas receitas são basicamente denominadas em reais e são provenientes dos seguintes segmentos operacionais:

- Comercialização de vestuário, acessórios, licenciamentos de marcas e royalties por franquias, cujo desempenho operacional é avaliado em uma única unidade de negócio, seja operacional, comercial ou administrativo. Os produtos da Companhia são distribuídos por marcas (Ellus, VR, Richards, Salinas, Mandi, Alexandre Herchcovitch e Bobstore), pelos seguintes canais de distribuição: franquias, lojas multimarcas e próprias e "e-commerce".
- "Conteúdo de moda" - relacionado a marcas estratégicas de "conteúdo de moda", cuja operação inclui a realização do São Paulo Fashion Week - SPFW, do Fashion Rio e outras marcas, como o salão de negócios "Rio a Porter", a revista "Mag!" e o "site" ffw.com.br.

ii. Fatores que afetaram materialmente os resultados operacionais

A maior parte de nossas operações é conduzida no Brasil e é influenciada pelo ambiente econômico brasileiro, o qual apresentou significativa melhora nos últimos anos, de acordo com o IBGE.

b) Variações das receitas atribuíveis a modificações de preços, taxas de câmbio, inflação, alterações de volumes e introdução de novos produtos e serviços.

Nossas receitas são fortemente impactadas por alterações de volume de vendas de produtos e serviços (decorrentes do crescimento no varejo, atacado ou em lojas franqueadas) e modificações de preço (seja em decorrência de inflação, impacto do câmbio em produtos importados ou quaisquer outros motivos).

c) Impacto da inflação, da variação de preços dos principais insumos e produtos, do câmbio e da taxa de juros no resultado operacional e no resultado financeiro da companhia

Nossos resultados operacionais e financeiros são diretamente impactados por aspectos macroeconômicos brasileiros, como taxa de juros de curto e longo prazo, taxa de desemprego, entre outros, que podem afetar adversamente a renda e propensão ao consumo do brasileiro.

Além disso, altas taxas de inflação e de câmbio poderão afetar negativamente nossos custos produtivos. Embora nossos produtos comandem altas margens e nossos consumidores sejam menos sensíveis a aumentos de preço, não podemos garantir que conseguiremos repassar os eventuais aumentos de custos aos nossos preços finais.

10.3. EVENTOS COM EFEITOS RELEVANTES, OCORRIDOS E ESPERADOS, NAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Comentário dos diretores sobre eventos relevantes abaixo que tenham causado ou se espera que venham a causar nas demonstrações financeiras e nos resultados da companhia

a) Introdução ou alienação de segmento operacional

Não introduzimos ou alienamos qualquer segmento operacional durante os períodos apresentados.

b) Constituição, aquisição ou alienação de participação societária

Para informações sobre este item, ver item 6.5 do Formulário de Referência.

c) Eventos ou operações não usuais

Em 30 de setembro de 2013, a Companhia efetuou a alienação do imóvel onde está localizada a sede, com a posterior locação da mesma, gerando um resultado líquido de R\$5,9 milhões.

10.4. MUDANÇAS SIGNIFICATIVAS NAS PRÁTICAS CONTÁBEIS – RESSALVAS E ENFASES NO PARECER DO AUDITOR

a) mudanças significativas nas práticas contábeis

No transcorrer de 2013, os seguintes novos pronunciamentos, alterações e interpretações de pronunciamentos, aplicáveis à Companhia, foram emitidos pelo IASB e CPC - Comitê de Pronunciamentos Contábeis com vigência a partir de 1º de janeiro de 2013:

- IFRS 10/CPC 36 (R3): Demonstrações Financeiras Consolidadas - a IFRS 10 substituiu a SIC 12 e a IAS 27 e inclui uma nova definição de controle que se aplica às demonstrações financeiras quando uma entidade controla uma ou mais entidades. A Companhia avaliou se a conclusão sobre a consolidação de suas subsidiárias pela IFRS 10 é diferente da adotada pela Companhia em 1º de janeiro e 31 de dezembro de 2012, conforme a IAS 27 e SIC 12, concluindo que a sua adoção não altera a consolidação de suas controladas e, portanto, não há impactos nas demonstrações financeiras do exercício findo em 31 de dezembro de 2013.
- IFRS 11/CPC 19 (R2): Negócios em Conjunto - a IFRS 11 substituiu a SIC 13 e IAS 31 e aplica-se aos negócios e contratos controlados em conjunto. De acordo com essa norma, negócios e contratos controlados em conjunto com outros acionistas são classificados como negócios em conjunto. O tratamento contábil dependerá da classificação do negócio em conjunto celebrado, podendo ser reconhecido pelo método de equivalência patrimonial ("joint ventures") ou pela consolidação de seus interesses em ativos, passivos, receitas e despesas contribuídos à operação em conjunto ("joint operation"). A Companhia avaliou e concluiu que a adoção desse pronunciamento não altera a forma de registro de sua controlada em conjunto e, portanto, não há impactos nas demonstrações financeiras do exercício findo em 31 de dezembro de 2013.
- IFRS 12/CPC 45: Divulgação de Participações em Outras Entidades - a IFRS 12 trata da divulgação de participação em outras entidades, cujo objetivo é possibilitar que os usuários conheçam os riscos, a natureza e os efeitos sobre as demonstrações financeiras dessas participações. As divulgações incluídas nas demonstrações financeiras do exercício findo em 31 de dezembro de 2013 atendem aos requisitos da IFRS 12.
- IFRS 13/CPC 46: Mensuração do Valor Justo - A IFRS 13 aplica-se quando outros pronunciamentos de IFRS exigem ou permitem mensurações ou divulgações do valor justo (e mensurações, tais como o valor justo menos custo de venda, com base no valor justo ou em divulgações sobre as referidas mensurações). As divulgações incluídas nas demonstrações financeiras do exercício findo em 31 de dezembro de 2013 atendem aos requisitos da IFRS 13.

Não existem outras normas e interpretações emitidas e vigentes que impactam significativamente o resultado do exercício ou o patrimônio líquido divulgados pela Companhia.

A Companhia não adotou as IFRSs novas e revisadas a seguir, já emitidas e ainda não vigentes.

- IFRS 9 - Instrumentos Financeiros - Classificação e Mensuração (CPC 38, 39 e 40) - introduz novos requerimentos de classificação e mensuração de ativos financeiros e passivos financeiros. A IFRS 9 utiliza uma abordagem simples para determinar se um ativo financeiro é mensurado ao custo amortizado ou valor justo, com base na maneira pela qual uma entidade administra seus instrumentos financeiros (seu modelo de negócios) e o fluxo de caixa contratual característico dos ativos financeiros. A norma exige ainda a adoção de apenas um método para determinação de

perdas no valor recuperável de ativos, e o reconhecimento do valor da variação no valor justo do passivo financeiro atribuível a mudanças no risco de crédito daquele passivo como "Outros resultados abrangentes" observando certos critérios. Essa norma passa a vigorar para exercícios sociais iniciados a partir de 1º de janeiro de 2015, e a Companhia fará revisão detalhada de seus passivos financeiros registrados ao valor justo para avaliar os efeitos resultantes de sua adoção.

- Alterações à IAS 32 - Instrumentos Financeiros - Apresentação (CPC 39) - adiciona orientações sobre a compensação entre ativos financeiros e passivos financeiros, cuja alteração passa a vigorar para exercícios iniciados em ou após 1º de janeiro de 2014, e a Companhia não prevê efeito significativo como resultado de sua adoção.

O IASB emitiu esclarecimentos e alterações para as normas e interpretações de IFRSs. A seguir descrevemos as principais emendas:

- Alterações às IFRS 10, IFRS 12 e IAS 27 - Entidades de Investimento - definem uma entidade de investimento e exigem que a entidade que reporta e que se enquadra na definição de uma entidade de investimento não consolide suas controladas, mas, em vez disso, mensure suas controladas pelo valor justo através do resultado em suas demonstrações financeiras consolidadas e separadas, além de requerimentos de divulgação. Essas alterações passam a vigorar para exercícios iniciados em ou após 1º de janeiro de 2014. A Companhia não prevê efeitos como resultado de sua adoção.
- IAS 36 - "Impairment" de Ativos (CPC 01) - adiciona orientações sobre a divulgação de valores recuperáveis de ativos não financeiros, cuja alteração passa a vigorar para exercícios iniciados em ou após 1º de janeiro de 2014. A Companhia está avaliando os impactos de divulgação quando de sua adoção.
- IAS 39 - Instrumentos Financeiros - adiciona orientações esclarecendo que não há necessidade de descontinuar "hedge accounting" se o instrumento derivativo for renovado, desde que certos critérios sejam atingidos. Essa alteração passa a vigorar para exercícios iniciados em ou após 1º de janeiro de 2014. A Companhia não prevê efeito significativo como resultado de sua adoção.
- IFRIC 21 - Taxas - fornece orientações sobre quando se deve reconhecer um passivo de uma taxa imposta pelo governo, passando a vigorar a partir de 1º de janeiro de 2014. A Companhia está avaliando os impactos de divulgação quando de sua adoção.

Não existem outras normas e interpretações emitidas e ainda não adotadas que possam, na opinião da Administração, ter impacto significativo no resultado do exercício ou no patrimônio líquido divulgado pela Companhia.

Elaboramos as nossas demonstrações financeiras consolidadas de acordo com as Normas Internacionais de Relatório Financeiro (International Financial Reporting Standards – "IFRS") emitidas pelo Comitê Internacional de Normas Contábeis (International Accounting Standards Board – "IASB"), e as práticas contábeis adotadas no Brasil.

Elaboramos nossas demonstrações financeiras individuais de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

As práticas contábeis adotadas no Brasil, as quais contemplam os pronunciamentos, orientações e interpretações emitidas pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC), estão substancialmente convergidas às IFRS, uma vez que estes pronunciamentos técnicos contábeis vêm sendo expedidos

em consonância com as IFRS. As demonstrações financeiras individuais apresentam a avaliação dos investimentos em controladas pelo método da equivalência patrimonial, de acordo com a legislação brasileira vigente. Além disso,, essas demonstrações financeiras individuais não são consideradas como estando conforme os IFRS, que exigem a avaliação desses investimentos nas demonstrações separadas da controladora pelo seu valor justo ou pelo custo.

O nosso patrimônio líquido e o resultado individual refletem o mesmo saldo do patrimônio líquido e do resultado consolidado.

Adicionalmente, não ocorreram mudanças significativas em nossas práticas contábeis.

b) efeitos significativos das alterações em práticas contábeis

Conforme mencionado acima, a Companhia adotou práticas e políticas contábeis consistentes para todos as demonstrações financeiras individuais e consolidadas referente ao período findo em 31 de dezembro de 2013 e 2012.

Para uma explicação dos ajustes e reclassificações, bem como reconciliações dos resultados e dos patrimônios líquidos decorrentes da transição para IFRS, vide nota explicativa nº 5 às nossas demonstrações financeiras referentes aos exercícios findos em 31 de dezembro de 2013 e de 2012.

Para o exercício findo em 31 de dezembro de 2013, a Companhia adotou as praticas contábeis adotadas no Brasil vigentes para aquele exercício.

c) Ressalvas e ênfases presentes no parecer do auditor

Os pareceres dos Auditores Independentes, emitidos para o exercício social findo em 31 de dezembro de 2013 foi emitido com o seguinte paragrafo de ênfase:

Conforme descrito na nota explicativa nº 2 às demonstrações financeiras, as demonstrações financeiras individuais foram elaboradas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil. No caso da Companhia, essas práticas diferem das IFRSs, aplicáveis às demonstrações financeiras separadas, somente no que se refere à avaliação dos investimentos em controlada pelo método de equivalência patrimonial, enquanto para fins de IFRSs seria custo ou valor justo. Nossa opinião não está ressalvada em virtude desse assunto.

10.5. POLÍTICAS CONTÁBEIS CRÍTICAS

As nossas demonstrações financeiras foram elaboradas e estão apresentadas em conformidade com as práticas contábeis adotadas no Brasil, bem como observam às disposições contidas na Lei das Sociedades por Ações e na CVM, incorporando as alterações introduzidas pelas Leis nº 11.638/07 e nº 11.941/09. As demonstrações financeiras consolidadas contidas nesta seção foram preparadas de acordo com as Normas Internacionais de Relatório Financeiro ("*International Financial Reporting Standards - IFRS*"), emitidas pelo "*International Accounting Standards Board - IASB*", e as práticas contábeis adotadas no Brasil.

A elaboração de nossas demonstrações financeiras requer que efetemos certos julgamentos e utilizemos premissas na determinação do valor e das estimativas contábeis, a respeito dos efeitos de questões que são, por natureza, incertas e que impactam o valor de nossos ativos e passivos. Os resultados efetivos podem divergir de tais estimativas.

Com o intuito de fornecer um entendimento de como formamos nosso julgamento e estimativas sobre determinados eventos futuros, resumimos as nossas principais práticas contábeis, na opinião de nossos Diretores:

a) Princípios gerais

O resultado das operações é apurado em conformidade com o regime contábil de competência.

As receitas de vendas de mercadorias e os correspondentes custos são registrados quando da transferência dos riscos e benefícios associados às mercadorias, aos produtos vendidos e aos serviços prestados. A receita é mensurada pelo valor justo da contrapartida recebida ou a receber, deduzida de quaisquer estimativas de devoluções e descontos comerciais.

As receitas com prestação de serviços são reconhecidas pelo regime de competência de acordo com a essência de cada contrato, desde que seja provável que os benefícios econômicos futuros deverão fluir para a Companhia e o valor da receita possa ser mensurado com confiabilidade. As receitas de serviços possuem a seguinte origem:

- Consultoria e licenciamento: valores relacionados à consultoria de moda e ao licenciamento de marca, faturados mensalmente e de acordo com os contratos estabelecidos.
- Patrocínio para eventos: os valores para patrocínio para eventos são determinados contratualmente e reconhecidos no resultado à medida que o evento a que se referem é realizado.
- Acordo de exclusividade: os valores por acordo de exclusividade são determinados com base no valor de venda de produtos aos franqueados e multímarcas e são reconhecidos de acordo com os termos de cada contrato.
- "Royalties": os contratos de "royalties" são determinados com base em percentuais fixos estabelecidos em contrato e calculados sobre o respectivo volume vendido mensalmente a cada um dos franqueados.

b) Ativos financeiros

Os ativos financeiros mantidos pela Companhia e por suas controladas são classificados de acordo com a finalidade para a qual foram adquiridos ou contratados, nas seguintes categorias:

(i) Ativos financeiros mantidos até o vencimento

Compreendem os ativos financeiros não derivativos com vencimentos definidos adquiridos com a finalidade de realização no vencimento, mensurados ao custo de aquisição, acrescido dos rendimentos auferidos de acordo com os prazos e as condições contratuais. A Companhia não possui valores classificados nessa categoria.

(ii) Ativos financeiros disponíveis para venda

Compreendem os ativos financeiros não derivativos, como títulos e/ou ações cotadas, ou não, em mercados ativos, que possam ter os seus valores justos razoavelmente estimados. A Companhia não possui valores classificados nessa categoria.

(iii) Empréstimos e recebíveis

Compreendem os ativos financeiros não derivativos com recebimentos fixos ou determináveis não cotados em um mercado ativo. São considerados nessa categoria caixa e equivalentes de caixa, contas a receber de clientes e outras contas a receber.

As compras e vendas regulares dos ativos financeiros são reconhecidas na data da negociação.

Os ativos financeiros são inicialmente reconhecidos e mensurados pelo valor justo por meio do resultado e os custos de transação, debitados ao resultado do exercício. Os empréstimos e recebíveis são contabilizados pelo custo amortizado.

Ativos financeiros, exceto aqueles designados pelo valor justo por meio do resultado, são avaliados por indicadores de redução ao valor recuperável na data de encerramento de cada período de relatório. As perdas por redução ao valor recuperável são reconhecidas se, e apenas se, houver evidência objetiva da redução ao valor recuperável do ativo financeiro como resultado de um ou mais eventos que tenham ocorrido após seu reconhecimento inicial, com impacto nos fluxos de caixa futuros estimados desse ativo.

Os ganhos ou as perdas decorrentes de variações no valor justo são registrados pelo regime de competência na demonstração do resultado nas rubricas "Receitas financeiras" ou "Despesas financeiras", respectivamente, quando realizados ou incorridos.

A Companhia baixa um ativo financeiro apenas quando os direitos contratuais aos fluxos de caixa provenientes desse ativo expiram ou transfere o ativo e substancialmente todos os riscos e benefícios da propriedade para outra empresa. Se não transferir nem reter substancialmente todos os riscos e benefícios da propriedade do ativo financeiro, mas continuar a controlar o ativo transferido, a Companhia reconhece a participação retida e o respectivo passivo nos valores que terá de pagar. Se reter substancialmente todos os riscos e benefícios do ativo financeiro transferido, a Companhia continua reconhecendo esse ativo, além de um empréstimo garantido pela receita recebida.

c) Passivos financeiros

Os passivos financeiros são classificados como:

(i) Passivos financeiros mensurados ao valor justo por meio do resultado

Compreendem os passivos mantidos para negociação mensurados ao valor justo, cujos ganhos ou perdas são reconhecidos diretamente no resultado.

(ii) Outros passivos financeiros

Compreendem os passivos mensurados pelo método de juros efetivos, incluindo empréstimos, com alocação dos juros efetivos incorridos pelo respectivo período do contrato.

O método da taxa de juros efetiva é utilizado para calcular o custo amortizado de um passivo financeiro e alocar sua despesa de juros pelo respectivo período de vigência dos contratos. A taxa de juros efetiva é a taxa que desconta exatamente os fluxos de caixa futuros estimados ao longo

da vida estimada do passivo financeiro ou, quando apropriado, por um período menor, para o reconhecimento inicial do valor contábil líquido.

Custo amortizado é o montante pelo qual o passivo financeiro é mensurado em seu reconhecimento inicial, menos as amortizações de principal e mais as variações monetárias e os juros acumulados calculados com base no método da taxa de juros efetiva, e qualquer redução por meio de provisão.

A baixa de passivos financeiros ocorre somente quando as obrigações são extintas e canceladas ou quando vencem. A diferença entre o valor contábil do passivo financeiro baixado e a contrapartida paga e a pagar é reconhecida no resultado.

d) Caixa e equivalentes de caixa

Compreendem os saldos de caixa, depósitos bancários à vista e aplicações financeiras realizáveis em até 90 dias da data da aplicação ou considerados de liquidez imediata ou conversíveis em um montante conhecido de caixa e que estão sujeitos a um insignificante risco de mudança de valor, os quais são registrados pelos valores de custo auferidos na data de encerramento de cada período de relatório, que não excedem o seu valor de mercado ou de realização.

e) Contas a receber e provisão para créditos de liquidação duvidosa

As contas a receber são registradas e mantidas nos balanços pelo valor nominal dos títulos representativos desses créditos. As contas a receber de títulos a receber de clientes franqueados e multimarcas são monitoradas individualmente, sendo a provisão para créditos de liquidação duvidosa constituída com base na análise de risco da totalidade da carteira de clientes e respectiva probabilidade de recebimento.

As contas a receber de clientes são ajustadas a valor presente quando apresentarem vencimentos de longo prazo ou, no curto prazo, possuírem efeitos materiais sobre as demonstrações financeiras tomadas em conjunto.

f) Estoques

Registrados pelo custo de aquisição ou produção de cada coleção e, quando aplicável, deduzidos de provisão para ajustá-los ao valor líquido de realização, quando este for inferior, ou para perdas de itens excessivos ou não realizáveis, mediante análises periódicas conduzidas pela Administração.

g) Investimentos

(i) Controladas

A Companhia possui investimentos em controladas avaliados pelo método de equivalência patrimonial. O lucro não realizado decorrente das operações de compra de produtos com a Inbrands Indústria é eliminado no cálculo de equivalência patrimonial e no momento da consolidação.

Uma controlada é uma empresa sobre a qual a Companhia possui controle, definido como o poder de governar suas políticas financeiras e operacionais, a fim de obter benefícios de suas atividades.

Nas demonstrações financeiras consolidadas, as mudanças nas participações da Companhia em controladas que não resultem em perda do controle são registradas como transações de capital. Os saldos contábeis das participações da Companhia e de não controladores são ajustados para refletir mudanças nas respectivas participações nas controladas. A diferença entre o valor com base no qual as participações de não controladores são ajustadas e o valor justo das considerações pagas ou recebidas é registrada diretamente no patrimônio líquido e atribuída aos proprietários da Companhia.

(ii) Negócio em conjunto ("joint venture")

Uma "joint venture" é um acordo contratual através do qual a Companhia e outras partes exercem uma atividade econômica sujeita a controle conjunto, situação em que as decisões sobre políticas financeiras e operacionais estratégicas relacionadas às atividades da "joint venture" requerem a aprovação de todas as partes que compartilham o controle. Por se tratar de uma "joint venture", a Companhia registra sua participação pelo método de equivalência patrimonial.

h) Imobilizado

Registrado ao valor de custo de aquisição ou construção, deduzido de depreciação e, quando aplicável, perda por redução ao valor de recuperação. A depreciação inicia-se quando da abertura da loja e do início de sua utilização. Os terrenos não sofrem depreciação.

A depreciação é reconhecida com base na vida útil estimada de cada ativo pelo método linear, conforme taxas demonstradas na nota explicativa nº 14, de modo que o valor do custo menos o seu valor residual após sua vida útil seja integralmente baixado. A vida útil estimada, os valores residuais e os métodos de depreciação são revisados no fim de cada período de relatório e o efeito de quaisquer mudanças nas estimativas é contabilizado prospectivamente.

Um item do imobilizado é baixado após alienação ou quando não há benefícios econômicos futuros resultantes do uso contínuo do ativo. Quaisquer ganhos ou perdas na venda ou baixa de um item do imobilizado são determinados pela diferença entre os valores recebidos na venda e o valor contábil do ativo e são reconhecidos no resultado.

Ativos mantidos por meio de arrendamento financeiro são depreciados pela vida útil esperada, da mesma forma que os ativos próprios, ou por um período inferior, quando aplicável, conforme termos do contrato de arrendamento em questão.

i) Intangível

Os ativos intangíveis com vida útil definida adquiridos separadamente são registrados ao custo, deduzido da amortização e, quando aplicável, das perdas por redução ao valor recuperável. A amortização é reconhecida linearmente com base na vida útil estimada dos ativos, conforme taxas demonstradas na nota explicativa nº 15.

Os direitos de uso de infraestrutura são pagos pela Companhia quando da assinatura dos contratos de aluguel e são amortizados linearmente pelo prazo do respectivo contrato de locação.

A vida útil estimada e o método de amortização são revisados no fim de cada período de relatório, e o efeito de quaisquer mudanças nas estimativas é contabilizado prospectivamente.

j) Redução ao valor recuperável de ativos tangíveis e intangíveis, excluindo o ágio

Na data de encerramento de cada período de relatório, o valor contábil dos ativos tangíveis e intangíveis é revisado para determinar se há alguma indicação de que estes sofreram alguma perda por redução ao valor recuperável. Se houver tal indicação, o montante recuperável do ativo é estimado com a finalidade de mensurar o montante dessa perda, se houver.

Se o montante recuperável de um ativo (ou unidade geradora de caixa) calculado for menor que seu valor contábil, o valor contábil do ativo (ou unidade geradora de caixa) é reduzido ao seu valor recuperável. A perda por redução ao valor recuperável é reconhecida imediatamente no resultado.

k) Combinação de negócio e ágio

As aquisições de negócio efetuadas até 2008 foram contabilizadas pela diferença entre o valor pago e o patrimônio líquido da empresa adquirida, tendo como fundamento a expectativa de rentabilidade futura do negócio adquirido. A partir de 1º de janeiro de 2009, o ágio deixou de ser amortizado e passou a ser anualmente testado pelo seu valor de recuperação, independentemente da existência de indicadores de perda de valor.

As aquisições de negócios efetuadas a partir de 2010 são contabilizadas pelo método de aquisição. A contrapartida transferida em uma combinação de negócios é mensurada pelo valor justo, que é calculado pela soma dos valores justos dos ativos assumidos e dos passivos incorridos pela Companhia na data de aquisição e das participações emitidas pela Companhia em troca do controle da adquirida. Os custos relacionados à aquisição são geralmente reconhecidos no resultado, quando incorridos. Na data de aquisição, os ativos adquiridos e os passivos assumidos identificáveis são reconhecidos pelo valor justo na data da aquisição.

O ágio é mensurado como o excesso da soma da contrapartida transferida, do valor das participações de não controladores na adquirida e do valor justo da participação do adquirente anteriormente detida na adquirida sobre os valores líquidos na data de aquisição dos ativos adquiridos e passivos assumidos identificáveis.

Quando a contrapartida transferida pela Companhia em uma combinação de negócios inclui ativos ou passivos resultantes de um acordo de contrapartida contingente, a contrapartida contingente é mensurada pelo valor justo na data de aquisição e incluída na contrapartida transferida em uma combinação de negócios. As variações no valor justo da contrapartida contingente classificadas como ajustes do período de mensuração são ajustadas retroativamente, com correspondentes ajustes ao ágio.

Quando uma combinação de negócios é realizada em etapas, a participação anteriormente detida pela Companhia na empresa adquirida é remensurada pelo valor justo na data de aquisição, ou seja, na data em que a Companhia adquire o controle, e o correspondente ganho ou perda, se houver, é reconhecido no resultado.

Demonstrações financeiras individuais

Nas demonstrações financeiras individuais, a Companhia aplica os requisitos da interpretação técnica ICPC 09 - Demonstrações Contábeis Individuais, Demonstrações Separadas, Demonstrações Consolidadas e Aplicação do Método de Equivalência Patrimonial, a qual requer que qualquer montante excedente ao custo de aquisição sobre a participação da Companhia no valor justo líquido dos ativos, passivos e passivos contingentes identificáveis da adquirida na data de aquisição seja reconhecido como ágio.

O ágio é acrescido ao valor contábil do investimento. Qualquer montante da participação da Companhia no valor justo líquido dos ativos, passivos e passivos contingentes identificáveis que

exceda o custo de aquisição, após a reavaliação, é imediatamente reconhecido no resultado. As contraprestações transferidas e o valor justo líquido dos ativos e passivos são mensurados utilizando-se os mesmos critérios aplicáveis às demonstrações financeiras consolidadas descritos anteriormente.

Incorporação reversa

Em atendimento à Instrução Consolidada CVM nº 319/349, de 6 de março de 2001, no momento em que a Companhia incorporou a sua controladora direta, a Cristalys Participações S.A. ("Cristalys"), o saldo do ágio que estava originalmente registrado na Cristalys foi baixado por meio de provisão na própria Cristalys e, de acordo com as regras fiscais vigentes, no momento do registro da provisão, não foi dedutível para fins fiscais.

l) Arrendamento mercantil

Os contratos de arrendamento mercantil são classificados no momento da sua contratação, entre:

- Financeiros: os arrendamentos em cujos termos a Companhia e suas controladas assumem os riscos e benefícios inerentes à propriedade são classificados como arrendamentos financeiros e são registrados no imobilizado e submetidos a depreciações calculadas de acordo com a vida útil estimada dos respectivos bens.
- Operacionais: os contratos de locação de unidades comerciais da Companhia e de suas controladas são classificados como arrendamentos mercantis operacionais, cujos custos são reconhecidos no resultado do exercício como despesa operacional.

m) Empréstimos

Os empréstimos tomados são reconhecidos inicialmente pelo valor justo, no reconhecimento dos recursos, líquidos dos custos de transação. Em seguida, passam a ser mensurados pelo custo amortizado, isto é, acrescidos de encargos financeiros, juros e variações monetárias incorridos até a data de encerramento de cada período de relatório, conforme os termos definidos contratualmente.

n) Outros ativos e passivos circulantes e não circulantes

Os ativos estão apresentados pelo custo ou valor líquido de realização, se inferior, e os passivos são demonstrados por valores conhecidos ou calculáveis, acrescidos, quando aplicável, dos correspondentes encargos e das variações monetárias e cambiais incorridos na data de encerramento de cada período de relatório.

o) Dividendos e juros sobre o capital próprio

A proposta de distribuição de dividendos e juros sobre o capital próprio efetuada pela Administração da Companhia e de suas controladas que estiver dentro da parcela equivalente ao dividendo mínimo obrigatório é registrada como passivo circulante na rubrica "Dividendos e juros sobre o capital próprio a pagar" por ser considerada uma obrigação legal prevista no Estatuto Social da Companhia; entretanto, a parcela dos dividendos superior ao dividendo mínimo obrigatório, declarada pela Administração após o período contábil a que se referem as demonstrações

financeiras, mas antes da data de autorização para emissão das referidas demonstrações financeiras, é registrada na rubrica "Dividendos adicionais propostos", no patrimônio líquido.

p) Provisão para riscos tributários, cíveis e trabalhistas

As provisões são reconhecidas para obrigações presentes (legal ou presumida) resultantes de eventos passados, em que seja possível estimar os valores de forma confiável e cuja liquidação seja provável.

O valor reconhecido como provisão é a melhor estimativa das considerações requeridas para liquidar a obrigação no fim de cada exercício, considerando-se os riscos e as incertezas relativos à obrigação.

A provisão para riscos tributários, cíveis e trabalhistas está atualizada até a data de encerramento de cada período de relatório pelo montante provável de perda, observada sua natureza, e apoiada na opinião dos assessores jurídicos da Companhia e de suas controladas. Para fins das demonstrações financeiras, os fundamentos e a natureza para constituição da provisão para riscos tributários, cíveis e trabalhistas estão descritos na nota explicativa nº 27.

q) Imposto de renda e contribuição social

A despesa com Imposto de Renda Pessoa Jurídica - IRPJ e Contribuição Social sobre o Lucro Líquido - CSLL representa a soma dos impostos correntes e diferidos.

Impostos correntes

A provisão para IRPJ e CSLL está baseada no lucro tributável do exercício. O lucro tributável difere do lucro apresentado na demonstração do resultado, porque exclui receitas ou despesas tributáveis ou dedutíveis em outros exercícios, além de excluir itens não tributáveis ou não dedutíveis de forma permanente. A provisão é calculada individualmente por empresa com base nas alíquotas vigentes no fim do exercício. Na Companhia, a provisão para IRPJ foi constituída à alíquota de 15%, acrescida do adicional de 10% sobre o lucro tributável excedente a R\$240. A provisão para CSLL foi constituída à alíquota de 9% sobre o lucro tributável.

Para as controladas diretas Inbrands Indústria e Luminosidade e para a controlada em conjunto Tommy Hilfiger, as bases de cálculo do IRPJ e da CSLL são apuradas de acordo com os critérios estabelecidos na legislação fiscal vigente, sendo utilizado o regime de lucro tributável do exercício.

Impostos diferidos

O IRPJ e a CSLL diferidos ("impostos diferidos") são reconhecidos sobre as diferenças temporárias no fim de cada exercício entre os saldos de ativos e passivos reconhecidos nas demonstrações financeiras e as bases fiscais correspondentes usadas na apuração do lucro tributável, incluindo saldo de prejuízos fiscais e base negativa, quando aplicável.

A recuperação do saldo dos impostos diferidos ativos é revisada no fim de cada exercício e, quando não for mais provável que lucros tributáveis futuros estarão disponíveis para permitir a recuperação de todo o ativo, ou parte dele, o saldo do ativo é ajustado pelo montante que se espera ser recuperado.

r) Demonstração do valor adicionado

Essa demonstração tem por finalidade evidenciar a riqueza criada pela Companhia e sua distribuição durante determinado período e é apresentada conforme requerido pela legislação societária brasileira, como parte de suas demonstrações financeiras individuais, e como informação suplementar às demonstrações financeiras consolidadas, pois não é uma demonstração prevista nem obrigatória conforme as IFRSs.

Tal demonstração foi preparada com base em informações obtidas dos registros contábeis que servem de base de preparação das demonstrações financeiras e seguindo as disposições contidas no pronunciamento técnico CPC 09 - Demonstração do Valor Adicionado. Em sua primeira parte apresenta a riqueza criada pela Companhia, representada pelas receitas (receita bruta das vendas, incluindo os tributos incidentes sobre ela, outras receitas e os efeitos da provisão para créditos de liquidação duvidosa), pelos insumos adquiridos de terceiros (custo das vendas e aquisições de materiais, energia e serviços de terceiros, incluindo os tributos incluídos no momento da aquisição, os efeitos das perdas e da recuperação de valores ativos e a depreciação e amortização) e pelo valor adicionado de terceiros (resultado de equivalência patrimonial, receitas financeiras e outras receitas). A segunda parte da demonstração apresenta a distribuição da riqueza entre pessoal, impostos, taxas e contribuições, remuneração de capitais de terceiros e remuneração de capitais próprios.

s) Remuneração baseada em ações

O plano de remuneração baseada em ações para executivos da Companhia é mensurado pelo valor justo dos instrumentos de patrimônio na data de outorga. Os detalhes da determinação do valor justo estão descritos na nota explicativa nº 22.f).

O valor justo das opções de compra determinadas na data da outorga de cada plano é registrado pelo método linear como despesa no resultado durante o prazo no qual o direito é adquirido, com base em estimativas sobre quais opções concedidas serão exercidas. Na data de encerramento de cada período de relatório, a Administração revisa as estimativas, e o impacto em relação às estimativas originais, se houver, é reconhecido no resultado, refletindo as estimativas revisadas.

t) Resultado por ação

O resultado por ação é apresentado em básico e diluído, nos termos do pronunciamento técnico CPC 41/IAS 33 - Lucro por Ação, conforme a nota explicativa nº 28.

u) Mudança de estimativa contábil

Em 2013, a Companhia alterou seu critério de análise para créditos de liquidação duvidosa e, conforme previsto no pronunciamento técnico CPC 23 - Políticas Contábeis, Mudanças de Estimativas Contábeis e Retificação de Erros, essa natureza de ajuste deve ser refletida de forma prospectiva nas demonstrações financeiras, afetando o resultado do exercício em que houve a mudança na estimativa contábil. O efeito da adoção desse critério no exercício corrente foi de R\$2.128, o qual foi reconhecido no resultado do exercício de 2013.

v) Informações por segmento

A gestão dos negócios da Companhia, nos âmbitos financeiro e operacional, em 2013 e 2012, está definida em dois segmentos operacionais:

- Comercialização de vestuário, acessórios, licenciamentos de marcas e royalties por franquias - representado por nove marcas (Ellus, VR, Richards, Salinas, Mandi, Alexandre Herchcovitch e Bobstore) e, embora seja comercializado por meio de diferentes canais de distribuição (lojas próprias, franquias, lojas multimarcas e "e-commerce"), não é controlado nem gerenciado pela Administração como segmento independente, sendo o resultado da Companhia acompanhado, monitorado e avaliado de forma integrada.

- Conteúdo de moda - relacionado a marcas estratégicas de "conteúdo de moda", cuja operação inclui a realização da São Paulo Fashion Week - SPFW, da Fashion Rio e de outras marcas, como o salão de negócios "Rio a Porter", a revista "Mag!" e o "site" ffw.com.br.

10.6 - Com relação aos controles internos adotados para assegurar a elaboração de demonstrações financeiras confiáveis, os diretores devem comentar:

a. grau de eficiência de tais controles, indicando eventuais imperfeições e providências adotadas para corrigi-las

Nossos administradores acreditam que os procedimentos internos e sistemas de elaboração das nossas demonstrações financeiras são suficientes para assegurar a eficiência, precisão e confiabilidade. Possuímos políticas de gestão de risco, as quais visam a mitigar diversos riscos inerentes ao mercado varejista de vestuário. Além disso, nos mantemos atentos às novas tecnologias e investimos em nossos controles a fim de aprimorá-los e mantê-los sempre confiáveis e eficientes.

b. deficiências e recomendações sobre os controles internos presentes no relatório do auditor independente

Nossos auditores realizaram suas auditorias com o objetivo de opinar sobre as nossas Demonstrações Financeiras Consolidadas e não com o objetivo de opinar sobre os controles internos. No entanto, no contexto dos trabalhos de auditoria, nossos auditores discutem as deficiências identificadas nos processos internos da Companhia e de suas controladas, efetuando recomendações abrangendo os seguintes assuntos: (i) controles internos e contábeis, (ii) impostos diretos, (iii) impostos indiretos, (iv) área trabalhista e previdenciária, (v) tecnologia da informação. Todavia, na avaliação e entendimento de nossos auditores, não foi detectada nenhuma deficiência significativa que envolvesse a estrutura de nossos controles internos e seu funcionamento que pudesse afetar de forma relevante a preparação de nossas Demonstrações Financeiras Consolidadas.

10.7 - Caso a emissora tenha feito oferta pública de distribuição de valores mobiliários, os diretores devem comentar

a. como os recursos resultantes da oferta foram utilizados

Não aplicável, pois até o momento não realizamos oferta pública de valores mobiliários.

b. se houve desvios relevantes entre a aplicação efetiva dos recursos e as propostas de aplicação divulgadas nos prospectos da respectiva distribuição

Não aplicável.

c. caso tenha havido desvios, as razões para tais desvios

Não aplicável.

10.8 – Os diretores devem descrever os itens relevantes não evidenciados nas demonstrações financeiras do emissor, indicando:

a. os ativos e passivos detidos pelo emissor, direta ou indiretamente, que não aparecem no seu balanço patrimonial (off-balance sheet items), tais como:

(i) arrendamentos mercantis operacionais, ativos e passivos

Os contratos de locação de unidades comerciais da Companhia e de suas controladas são classificados como arrendamentos mercantis operacionais, cujos custos são reconhecidos no resultado do trimestre/exercício como despesa operacional.

(ii) carteiras de recebíveis baixadas sobre as quais a entidade mantenha riscos e responsabilidades, indicando respectivos passivos

Não aplicável, uma vez que não há itens não evidenciados nas nossas demonstrações financeiras, porém a Companhia efetua descontos de duplicatas sem direito de regresso.

(iii) contratos de futura compra e venda de produtos ou serviços

Não aplicável, uma vez que não há itens não evidenciados nas nossas demonstrações financeiras.

(iv) contratos de construção não terminada

Não aplicável, uma vez que não há itens não evidenciados nas nossas demonstrações financeiras.

(v) contratos de recebimentos futuros de financiamentos

Não há

b. outros itens não evidenciados nas demonstrações financeiras

Não há outros itens relevantes.

10.9 - Em relação a cada um dos itens não evidenciados nas demonstrações financeiras indicados no item 10.8, os diretores devem comentar:

a. como tais itens alteram ou poderão vir a alterar as receitas, as despesas, o resultado

operacional, as despesas financeiras ou outros itens das demonstrações financeiras da emissora
Vide item 10.8 acima

b. natureza e o propósito da operação

Vide item 10.8 acima

c. natureza e montante das obrigações assumidas e dos direitos gerados em favor do emissor em decorrência da operação

Vide item 10.8 acima

10.10 - Os diretores devem indicar e comentar os principais elementos do plano de negócios, explorando especificamente os seguintes tópicos

a. investimentos, incluindo:

(i) descrição quantitativa e qualitativa dos investimentos em andamento e dos investimentos previstos

A Inbrands tem para 2014 uma previsão de investimentos da ordem de R\$45 milhões.

- R\$ 27,5 milhões serão destinados a investimento em novas lojas e reforma de lojas já existentes, distribuído para todas as marcas e Outlets
- R\$ 8,0 milhões serão investidos nas novas lojas da Tommy Hilfiger;
- R\$ 6,0 milhões serão destinados na conclusão da implantação da Sorter, equipamento de encabeados e mezanino do CD próprio;
- R\$ 3,5 milhões serão destinados a Infra-estrutura de TI e outros de segurança e manutenção.

(ii) fontes de financiamento dos investimentos

As nossas principais fontes de financiamento dos investimentos serão geração operacional de caixa e recursos provenientes de operações com o mercado de crédito.

(iii) desinvestimentos relevantes em andamento e desinvestimentos previstos.

Não há para 2014 nenhuma previsão de desinvestimento relevante.

b. desde que já divulgada, indicar a aquisição de plantas, equipamentos, patentes ou outros ativos que devam influenciar materialmente a capacidade produtiva da emissora

Não aplicável.

c. novos produtos e serviços, indicando:

(i) descrição das pesquisas em andamento já divulgadas

Não aplicável.

(ii) montantes totais gastos em pesquisas para desenvolvimento de novos produtos ou serviços

Não aplicável.

(iii) projetos em desenvolvimento já divulgados

Não aplicável.

(iv) montantes totais gastos no desenvolvimento de novos produtos ou serviços.

Não Aplicável.

10.11 - Comentar sobre outros fatores que influenciaram de maneira relevante o desempenho operacional e que não tenham sido identificados ou comentados nos demais itens desta seção

Na opinião de nossos Diretores, não há outros fatores que influenciaram de maneira relevante o desempenho operacional e que não tenham sido identificados ou comentados nos demais itens desta seção.

ANEXO II

DESTINAÇÃO DO LUCRO LÍQUIDO

1. Informar o lucro líquido do exercício

O Lucro Líquido da Companhia em 31 de dezembro de 2013 foi de R\$ 36.410.295,58. Deste total, R\$ 1.820.514,78 serão destinados à Reserva Legal.

2. Informar o montante global e o valor por ação dos dividendos, incluindo dividendos antecipados e juros sobre capital próprio já declarados

	<u>31/12/13</u>
Lucro líquido do exercício	36.410.295,58
Constituição de reserva legal (5%)	(1.820.514,78)
Absorção de prejuízos acumulados	<u>(11.519.426,50)</u>
Lucro líquido ajustado	<u>23.070.354,30</u>
Dividendo mínimo obrigatório - 25%	<u>5.767.588,58</u>
Dividendo mínimo obrigatório por ação - R\$	<u>0,06078</u>

3. Informar o percentual do lucro líquido do exercício distribuído

A Administração propõe a distribuição de 25% (vinte e cinco por cento) do lucro líquido da Companhia, após a constituição de reserva legal, conforme Estatuto Social, bem como à Lei das Sociedades por Ações.

4. Informar o montante de global e o valor por ação de dividendos distribuídos com base em lucro de exercícios anteriores

Não existe proposta de distribuição de dividendos com base em lucros de exercícios anteriores.

5. Informar, deduzidos os dividendos antecipados e juros sobre capital próprio já declarados:

a. O valor bruto de dividendo e juros sobre capital próprio, de forma segregada, por ação de cada espécie e classe

O valor dos dividendos propostos é de R\$ 0,06078 por ação ordinária. Não houve declaração de juros sobre o capital próprio.

b. A forma e o prazo de pagamento dos dividendos e juros sobre capital próprio
Até 31/12/2014

c. Eventual incidência de atualização e juros sobre os dividendos e juros sobre capital próprio

Não haverá incidência de juros e atualização sobre os dividendos.

d. Data da declaração de pagamento dos dividendos e juros sobre capital próprio considerada para identificação dos acionistas que terão direito ao seu recebimento

30/04/2014

6. Caso tenha havido declaração de dividendos ou juros sobre capital próprio com base em lucros apurados em balanços semestrais ou em períodos menores

Não houve declaração de dividendos ou juros sobre capital próprio com base em lucros apurados em balanços semestrais ou em períodos menores.

7. Fornecer tabela comparativa indicando os seguintes valores por ação de cada espécie e classe:

	<u>31/12/11</u>	<u>31/12/12</u>	<u>31/12/13</u>
Lucro (prejuízo) líquido do exercício	(R\$ 0,2178)	(R\$ 0,1436)	R\$ 0,3837
Dividendos Propostos	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,0608

8. Havendo destinação de lucros à reserva legal

a. Identificar o montante destinado à reserva legal

Nos termos da Lei nº 6.404/76, a administração destinará R\$ R\$ 1.820.514,78 para a reserva legal.

b. Detalhar a forma de cálculo da reserva legal

	<u>Controladora</u>
	<u>31/12/13</u>
Lucro líquido do exercício	36.410.295,58
Percentual de Constituição	<u>5%</u>
Constituição de reserva legal	1.820.514,78

9. Caso a companhia possua ações preferenciais com direito a dividendos fixos ou mínimos

A Companhia não possui ações preferenciais.

10. Em relação ao dividendo obrigatório

a. Descrever a forma de cálculo prevista no estatuto

Do resultado do exercício serão deduzidos, antes de qualquer participação, os prejuízos acumulados, se houver, e a provisão para o imposto de renda e contribuição social sobre o lucro.

Sobre o lucro remanescente, apurado na forma do caput deste artigo 29, será calculada a participação estatutária dos administradores, se houver, prevista no Parágrafo Terceiro abaixo, até o limite máximo legal.

Do lucro líquido do exercício, obtido após a dedução de que trata o parágrafo anterior, destinar-se-á sucessivamente e nesta ordem:

- (i) 5% (cinco por cento), antes de qualquer destinação, para constituição da reserva legal, até que tal reserva atinja valor equivalente a 20% (vinte por cento) do capital social. No exercício em que o montante contabilizado na reserva legal acrescido do montante contabilizado na reserva de capital representar valor que exceda 30% (trinta por cento) do capital social, não será obrigatório a dedução e a destinação previstas nesta alínea;
- (ii) a parcela correspondente a, no mínimo, 25% (vinte e cinco por cento) do lucro líquido, calculado sobre o saldo obtido com as deduções e acréscimos previstos no Artigo 202, II e III da Lei das Sociedades por Ações, será distribuída aos acionistas como dividendo obrigatório; e
- (iii) o saldo remanescente terá a destinação aprovada pela Assembleia Geral, depois de ouvido o Conselho de Administração, respeitadas as disposições legais aplicáveis.

A Assembleia Geral poderá atribuir aos administradores da Companhia uma participação nos lucros, nos termos do Parágrafo 1º, do Artigo 152, da Lei das Sociedades por Ações.

b. Informar se ele está sendo pago integralmente

O dividendo obrigatório será pago integralmente.

c. Informar o montante eventualmente retido

Não aplicável.

11. Havendo retenção do dividendo obrigatório devido à situação financeira da companhia

Não aplicável.

12. Havendo destinação de resultado para reserva de contingências

Não aplicável.

13. Havendo destinação de resultado para reserva de lucros a realizar

Não aplicável.

14. Havendo destinação de resultado para reservas estatutárias

Não aplicável.

15. Havendo retenção de lucros prevista em orçamento de capital

Não aplicável.

16. Havendo destinação de resultado para a reserva de incentivos fiscais

Não aplicável.

ANEXO III

INFORMAÇÕES RELATIVAS À REMUNERAÇÃO DOS ADMINISTRADORES REQUERIDAS NO 13.1 POLÍTICA/PRÁTICA DE REMUNERAÇÃO

I. OBJETIVOS DA POLÍTICA OU PRÁTICA DE REMUNERAÇÃO

A política de remuneração para os Diretores estatutários e não estatutários tem como base o equilíbrio entre a estratégia de negócios, interesses dos acionistas e práticas de mercado. Busca, além da retribuição justa e reflexa do desempenho, a alavancagem de resultados para a Companhia, a retenção de nossos administradores e a recompensa para os nossos executivos pelo atingimento de metas financeiras e operacionais e pela criação de valor. É coerente com a remuneração adotada pelo nosso setor e possibilita a atração e valorização de nossos profissionais.

II. COMPOSIÇÃO DA REMUNERAÇÃO, INDICANDO:

(a) descrição dos elementos da remuneração e os objetivos de cada um deles

Conselho de Administração

Nosso Conselho de Administração não recebe remuneração.

Diretoria

A remuneração dos nossos diretores estatutários é paga a título de pro-labore e é composta por três elementos:

(i) remuneração fixa, cujo objetivo é refletir a responsabilidade de cada cargo, em linha com a política global de remuneração; **(ii)** remuneração variável de curto prazo, cujo objetivo é premiar o atingimento de metas financeiras e operacionais anuais da Companhia, da área de responsabilidade do administrador e o seu desempenho individual; e **(iii)** remuneração variável de longo prazo (StockOptions), cujo objetivo é alinhar o administrador às estratégias futuras da organização, objetivando retorno financeiro mediato, aumentando assim o vínculo e longevidade de sua atuação junto à companhia. Adicionalmente, nossos diretores estatutários fazem jus ao plano de assistência médica, seguro de vida, estacionamento e vale refeição ou vale alimentação.

Conselho Fiscal

Não possuímos Conselho Fiscal instalado.

Comitês

Possuímos Comitê de Remuneração não estatutário composto pelos nossos Conselheiros Gilberto Sayão da Silva, Alessandro Monteiro Morgado Horta e Nelson Alvarenga Filho, que tem por atribuição gerir a política de remuneração da administração, inclusive o Plano de Opção de Compra de Ações, cabendo-lhe outorgar opções, definir participantes e demais termos e condições para o exercício das opções outorgadas, observadas as disposições do nosso Plano de Opção de Compra de Ações aprovado em Assembleia Geral Extraordinária realizada em 18 de março de 2011.

Nossos membros do Comitê de Remuneração não possuem nenhum tipo de remuneração, mesmo fazendo parte do Comitê.

(b) qual a proporção de cada elemento na remuneração total

Conselho de Administração

Nosso Conselho de Administração não recebe remuneração.

Diretoria

A participação de cada um dos elementos listados acima na remuneração global dos nossos diretores estatutários obedece a porcentagem abaixo:

Elemento	Porcentagem
Salário base	63,68%
Remuneração variável de curto prazo	33,35%
Benefícios indiretos	2,97%

Conselho Fiscal

Não possuímos Conselho Fiscal instalado.

Comitês

Nossos membros do Comitê de Remuneração não possuem nenhum tipo de remuneração, mesmo fazendo parte do Comitê.

(c) metodologia de cálculo e de reajuste de cada um dos elementos da remuneração

A remuneração fixa dos administradores é determinada com base na Tabela Hay (método de avaliação de desempenho de funcionários) e a variável é definida pelo Conselho de Administração, que estabelece os múltiplos salariais com referência no atingimento das metas estabelecidas para o *management* para o ano vigente.

(d) razões que justificam a composição da remuneração

Analizamos nossa performance e o desempenho de nossos administradores para manter uma remuneração de acordo com as práticas de mercado, adequadas à qualidade de nossos executivos e dentro de nossas possibilidades financeiras. As razões que justificam a composição da remuneração são o incentivo na melhoria da nossa gestão e a permanência de nossos executivos, visando ganhos pelo comprometimento com os resultados de longo prazo e ao desempenho no curto prazo.

III - PRINCIPAIS INDICADORES DE DESEMPENHO QUE SÃO LEVADOS EM CONSIDERAÇÃO NA DETERMINAÇÃO DE CADA ELEMENTO DA REMUNERAÇÃO.

A parcela variável da remuneração da Diretoria é paga com base na avaliação de critérios de desempenho. Levamos em consideração indicadores de desempenho de resultados financeiros obtidos pela Companhia durante o ano, para a determinação do montante total a ser distribuído. Os indicadores de desempenho dos resultados financeiros utilizados para definir o pagamento da remuneração variável são o EBITDA e o Fluxo de Caixa, fixados como meta para o ano específico e cujo atingimento funciona como pré-requisito para pagamento da referida parcela de remuneração. Além da avaliação global da performance da Companhia no período, são considerados também indicadores de desempenho individuais, tais como o alcance de metas e cumprimento de tarefas pré-determinadas para cada diretor. Ainda, a aderência às competências organizacionais por cada indivíduo tornam-se um fator adicional na sua remuneração, uma vez que procuramos reconhecer seus talentos e retê-los.

IV. COMO A REMUNERAÇÃO É ESTRUTURADA PARA REFLETIR A EVOLUÇÃO DOS INDICADORES DE DESEMPENHO

A parcela variável da diretoria esta vinculada ao atingimento de metas que são voltadas a alavancagem de desempenho, metas essas acompanhadas mensalmente e que determinam o pagamento dessa parcela de remuneração ao final do exercício fiscal.

V. COMO A POLÍTICA OU PRÁTICA DE REMUNERAÇÃO SE ALINHA AOS INTERESSES DO EMISSOR DE CURTO, MÉDIO E LONGO PRAZO

A nossa política de remuneração se alinha com os nossos interesses de curto, médio e longo prazo na medida em que atrela a Diretoria a metas financeiras, internas de resultados da Companhia e individuais, todas voltadas ao nosso plano de negócios.

VI. EXISTÊNCIA DE REMUNERAÇÃO SUPOSTADA POR SUBSIDIÁRIAS, CONTROLADAS OU CONTROLADORES DIRETOS OU INDIRETOS

Não há.

VII. EXISTÊNCIA DE QUALQUER REMUNERAÇÃO OU BENEFÍCIO VINCULADO À OCORRÊNCIA DE DETERMINADO EVENTO SOCIETÁRIO, TAL COMO ALIENAÇÃO DO CONTROLE SOCIETÁRIO DA COMPANHIA.

Não há remuneração ou benefício vinculado à ocorrência de eventos societários específicos, tais como a alienação do nosso controle societário ou a realização de uma oferta pública de valores mobiliários.

13.2 - REMUNERAÇÃO TOTAL DO CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO, DIRETORIA ESTATUTÁRIA E CONSELHO FISCAL

Remuneração total prevista para o Exercício Social corrente 31/12/2014 – Valores Anuais				
	CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO	DIRETORIA ESTATUTÁRIA	CONSELHO FISCAL	TOTAL
Nº de membros	5	6	-	11
Remuneração fixa anual	-	-	-	-
Salário ou pró-labore	-	4.550.556,28	-	4.550.556,28
Benefícios direto e indireto	0,00	201.873,84	-	201.873,84
Participações em comitês	0,00	0,00	-	0,00
Outros	-	-	-	-
Descrição de outras remunerações fixas	-	-	-	-
Remuneração variável	-	-	-	-
Bônus	0,00	5.117.238,00	-	5.117.238,00
Participação de resultados	0,00	0,00	-	0,00
Participação em reuniões	0,00	0,00	-	0,00
Comissões	0,00	0,00	-	0,00
Outros	0,00	0,00	-	0,00
Descrição de outras remunerações variáveis	0,00	0,00	-	0,00
Pós-emprego	0,00	0,00	-	0,00
Cassação do cargo	-	-	-	-
Baseada em ações	0,00	0,00	-	0,00
Total da remuneração	-	9.869.668,12	-	9.869.668,12

Em 30 de abril de 2013 foi realizada a Assembleia Geral Ordinária que fixou em até R\$ 8.000.000,00 (oito milhões de reais) a remuneração anual e global dos membros da nossa administração para o exercício de 2013, cabendo ao conselho individualizar o montante da remuneração a ser distribuído.

Remuneração total do Exercício Social corrente 31/12/2013 – Valores Anuais				
	CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO	DIRETORIA ESTATUTÁRIA	CONSELHO FISCAL	TOTAL
Nº de membros	5	6	-	11
Remuneração fixa anual	-	-	-	-
Salário ou pró-labore	0,00	3.687.171,00	-	3.687.171,00
Benefícios direto e indireto	0,00	171.830,55	-	171.830,55
Participações em comitês	0,00	0,00	-	0,00
Outros	-	-	-	-
Descrição de outras remunerações fixas	-	-	-	-
Remuneração variável	-	-	-	-
Bônus	0,00	1.931.000,01	-	1.931.000,01
Participação de resultados	0,00	0,00	-	0,00
Participação em reuniões	0,00	0,00	-	0,00
Comissões	0,00	0,00	-	0,00
Outros	0,00	0,00	-	0,00
Descrição de outras remunerações variáveis	0,00	0,00	-	0,00
Pós-emprego	0,00	0,00	-	0,00
Cassação do cargo	-	-	-	-
Baseada em ações	0,00	0,00	-	0,00
Total da remuneração	0,00	5.790.001,56	-	5.790.001,56

Remuneração total do Exercício Social corrente 31/12/2012 – Valores Anuais				
	CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO	DIRETORIA ESTATUTÁRIA	CONSELHO FISCAL	TOTAL
Nº de membros	5	5	-	10
Remuneração fixa anual	-	-	-	-
Salário ou pró-labore	600.000,00	2.818.000,00	-	3.418.000,00
Benefícios direto e indireto	0,00	181.788,00	-	181.788,00
Participações em comitês	0,00	0,00	-	0,00
Outros	-	-	-	-
Descrição de outras remunerações fixas	-	-	-	-
Remuneração variável	-	-	-	-
Bônus	0,00	0,00	-	0,00
Participação de resultados	0,00	0,00	-	0,00
Participação em reuniões	0,00	0,00	-	0,00
Comissões	0,00	0,00	-	0,00
Outros	0,00	0,00	-	0,00
Descrição de outras remunerações variáveis	0,00	0,00	-	0,00
Pós-emprego	0,00	0,00	-	0,00
Cassação do cargo	-	-	-	-
Baseada em ações	0,00	0,00	-	0,00
Total da remuneração	600.000,00	2.999.788,00	-	3.599.788,00

13.3. REMUNERAÇÃO VARIÁVEL DO CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO, DIRETORIA ESTATUTÁRIA E CONSELHO FISCAL

	Remuneração variável prevista para o exercício social corrente (2014)			
	CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO	DIRETORIA ESTATUTÁRIA	CONSELHO FISCAL	TOTAL
Nº de membros	5	6	-	11
Bônus		5.117.238,00	-	5.117.238,00
Valor Mínimo Previsto no Plano de Remuneração	0	0	-	0
Valor Máximo Previsto no Plano de Remuneração	0	0	-	0
Valor Previsto no plano de remuneração, caso as metas sejam atingidas	0	0	-	0
Valor efetivamente reconhecido no resultado do exercício social	0	0	-	0
Participação nos resultados	0	0	-	0
Valor Mínimo Previsto no Plano de Remuneração	0	0	-	0
Valor Máximo Previsto no Plano de Remuneração	0	0	-	0
Valor Previsto no plano de remuneração, caso as metas sejam atingidas	0	0	-	0
Valor Efetivamente reconhecido no resultado	0	0	-	0
Total da remuneração variável	0	5.117.238,00	-	5.117.238,00

	Remuneração variável - exercício social encerrado (2013)			
	CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO	DIRETORIA ESTATUTÁRIA	CONSELHO FISCAL	TOTAL
Nº de membros	5	6	-	11
Bônus	0	1.931.000,01	-	1.931.000,01
Valor Mínimo Previsto no Plano de Remuneração	0	0	-	0
Valor Máximo Previsto no Plano de Remuneração	0	0,00	-	0,00
Valor Previsto no plano de remuneração, caso as metas sejam atingidas	0	0,00	-	0,00
Valor efetivamente reconhecido no resultado do exercício social	0,00	0,00	-	0,00
Participação nos resultados	0	0	-	0
Valor Mínimo Previsto no Plano de Remuneração	0	0	-	0
Valor Máximo Previsto no Plano de Remuneração	0	0	-	0
Valor Previsto no plano de remuneração, caso as metas sejam atingidas	0	0	-	0
Valor Efetivamente reconhecido no resultado	0	0	-	0
Total da remuneração variável	0	1.931.000,01	-	1.931.000,01

	Remuneração variável - exercício social encerrado (2012)			
	CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO	DIRETORIA ESTATUTÁRIA	CONSELHO FISCAL	TOTAL
Nº de membros	5	5	-	10
Bônus	0	0	-	0
Valor Mínimo Previsto no Plano de Remuneração	0	0	-	0
Valor Máximo Previsto no Plano de Remuneração	0	1.927.472,00	-	1.927.472,00
Valor Previsto no plano de remuneração, caso as metas sejam atingidas	0	1.927.472,00	-	1.927.472,00
Valor efetivamente reconhecido no resultado do exercício social	0,00	0,00	-	0,00
Participação nos resultados	0	0	-	0
Valor Mínimo Previsto no Plano de Remuneração	0	0	-	0
Valor Máximo Previsto no Plano de Remuneração	0	0	-	0
Valor Previsto no plano de remuneração, caso as metas sejam atingidas	0	0	-	0
Valor Efetivamente reconhecido no resultado	0	0	-	0
Total da remuneração variável	0	1.927.472,00	-	1.927.472,00

13.4 - Plano de remuneração baseado em ações do conselho de administração e diretoria estatutária

a. termos e condições gerais

No âmbito do nosso Plano de Opção de Compra de Ações aprovado na Assembleia Geral Extraordinária realizada em 18 de março de 2011 ("Plano") determinados membros da nossa administração (com exceção dos Membros do Comitê de Remuneração) e empregados nossos e de nossas controladas ou coligadas, direta ou indiretamente, ("Participantes"), são elegíveis a receber opções de compra de ações ordinárias de nossa emissão ("Opção").

O Plano é gerido pelo nosso Comitê de Remuneração, composto por três membros eleitos por nosso Conselho de Administração, que tem amplos poderes para sua organização e a outorga de Opções, observados os limites impostos pelo Plano. O Comitê de Remuneração é responsável por realizar outorgas de Opções, estabelecendo os termos e condições específicos aplicáveis a cada outorga.

Nosso Comitê de Remuneração é um órgão não estatutário atualmente composto pelos nossos Conselheiros Gilberto Sayão da Silva, Alessandro Monteiro Morgado Horta e Nelson Alvarenga Filho.

b. principais objetivos do plano

(i) estimular a expansão, o êxito e a consecução dos objetivos sociais, das nossas metas empresariais e dos interesses de nossos acionistas, permitindo a determinados membros da nossa administração e empregados e/ou de nossas controladas ou coligadas adquirir ações de nossa emissão, nos termos, condições e modo previstos no Plano, incentivando desta forma a integração destas pessoas conosco e o alinhamento dos seus interesses com os interesses dos nossos acionistas; e

(ii) possibilitar a nós, nossas controladas e coligadas a contratação e manutenção de executivos e empregados.

c. forma como o plano contribui para esses objetivos

O Plano contribui para os objetivos ao oferecer aos Participantes, como vantagem adicional, a oportunidade de (i) se tornarem nossos acionistas, nos termos, condições e forma previstos no Plano; (ii) se beneficiarem da valorização das ações de nossa emissão; e (iii) auferirem vantagem patrimonial decorrente do nosso bom desempenho.

d. como o plano se insere na política de remuneração do emissor

O Plano está inserido na nossa política de remuneração constituindo um instrumento incentivador ao bom desempenho de nossos profissionais e do comprometimento por parte dos Participantes com as metas por nós estabelecidas, vinculando a remuneração de determinados empregados e administradores ao nosso bom desempenho.

e. como o plano alinha os interesses dos administradores e do emissor a curto, médio e longo prazo

O Plano alinha os nossos interesses aos dos Participantes e de nossos acionistas por meio de benefícios vinculados ao desempenho das ações de nossa emissão. Por meio do Plano de Opção buscamos estimular a melhoria na nossa gestão e a permanência dos Participantes em nossa estrutura, buscando ganhos pelo comprometimento com os resultados de longo prazo. No curto prazo, o cumprimento de nossas metas e o alcance de nossos resultados anuais resultam em um alinhamento entre nossos interesses e os interesses dos Participantes. No médio prazo, a melhoria de nossos resultados e valorização de nossas ações maximizam os ganhos dos Participantes, incentivando-os a permanecerem colaborando conosco. Por fim, no longo prazo, nosso Plano estabelece períodos de carência, ou Vesting, de 36 meses para que o beneficiário receba a integralidade das opções a que tem direito, tornando-o, neste ponto, atrativo para fidelização de nossos empregados e administradores, além de conjugar o interesse recíproco entre nós e os Participantes no crescimento de nossas operações.

g. número máximo de opções a serem outorgadas

Cada Opção atribui ao Participante o direito à aquisição de uma ação de nossa emissão, de forma que o número máximo de opções a serem outorgadas por meio do Plano é de 6.074.256.

h. condições de aquisição de ações

Cabe ao nosso Comitê de Remuneração fixar os termos e as condições de cada Opção a ser outorgada nos termos do Plano. Nenhuma ação poderá ser entregue a qualquer Participante em decorrência do exercício de Opção a não ser que todas as exigências legais, estatutárias, contratuais e regulamentares tenham sido integralmente cumpridas.

Os Participantes adquirirão, a cada 12 meses contados da data de início de vigência do respectivo Programa de Opção de Compra de Ações ("Programa"), o direito de exercer não mais do que 1/3 de suas Opções ("Vesting"). As Opções poderão ser exercidas pelo Participante no prazo máximo de 36 meses a contar da data em que ocorrer o respectivo Vesting ("Termo da Opção"). Sem prejuízo, o Comitê de Remuneração poderá, em cada Programa ou Contrato individual, estabelecer condições diversas de Vesting ou de Termo da Opção, inclusive a fim de estender o prazo em questão e/ou seu escalonamento.

i. critérios para fixação do preço de aquisição ou exercício

O preço de exercício das Opções a ser pago pelos Participantes quando da integralização ou aquisição das ações, conforme o caso, será determinado pelo Comitê de Remuneração quando da criação de cada Programa e será reajustado de acordo com índices e taxas a serem estabelecidas em cada Programa pelo Comitê de Remuneração.

j. critérios para fixação de prazo de exercício

Vide item 13.4(h) acima.

k. forma de liquidação

Mediante exercício de Opções por um Participante, serão informadas por escrito a tal Participante (i) o valor por ação e o valor total que deverá ser pago para a aquisição das ações; e (ii) a data em que tais ações passarão para a titularidade do Participante, devendo o Participante integralizar ou pagar o preço de exercício correspondente até tal data.

Os Participantes que não pagarem o preço de exercício das Opções nas condições estabelecidas no Plano não receberão as ações correspondentes e tais Opções exercidas e não pagas estarão imediatamente extintas e canceladas, para todos os fins. Sem prejuízo, ainda que o Comitê de Remuneração autorize excepcionalmente a aquisição pelo Participante de ações ainda não pagas, enquanto o preço de exercício a elas correspondente não for pago integralmente, as ações não poderão ser alienadas a terceiros, salvo mediante prévia autorização do Comitê de Remuneração,

hipótese em que o produto da venda será destinado prioritariamente para quitação do débito do Participante.

Os Contratos de Outorga de Opções de Compra de Ações e Outras Avenças ("Contratos"), firmados entre nós e cada Participante poderão conter disposições expressas acerca da forma de pagamento das ações pelos Participantes.

l. Restrições à transferência das ações

Quaisquer ações subscritas ou adquiridas pelos Participantes em virtude do exercício das Opções somente poderão ser por estes negociadas, alienadas, cedidas ou transferidas após o decurso do prazo de três anos contados da data da outorga das Opções correspondentes a tais ações ("Período de Lock-Up").

m. critérios e eventos que, quando verificados, ocasionarão a suspensão, alteração ou extinção do plano

Não há.

n. efeitos da saída do administrador dos órgãos da Companhia sobre seus direitos previstos no plano de remuneração baseado em ações

Se, a qualquer tempo durante a vigência do Plano, o Participante:

(a) desligar-se da Companhia voluntariamente, seja pedindo demissão do seu emprego ou renunciando ao seu cargo de administrador ou em decorrência de pedido de aposentadoria facultativa: (i) as Opções que ainda não sejam exercíveis na data do seu desligamento ("Opções Non-Vested") restarão automaticamente extintas, de pleno direito, independentemente de aviso prévio ou indenização; e (ii) as Opções já exercíveis na data do seu desligamento ("Opções Vested") poderão ser exercidas, no prazo de até 15 dias contados da data de desligamento, após o que restarão automaticamente extintas, de pleno direito, independentemente de aviso prévio ou indenização;

(b) for desligado da Companhia mediante demissão ou destituição do seu cargo (ou não reeleição), sem justa causa: (i) as Opções Non-Vested restarão automaticamente extintas, de pleno direito, independentemente de aviso prévio ou indenização; e (ii) as Opções Vested poderão ser exercidas,

no prazo de até 12 meses contados da data de desligamento, após o que restarão automaticamente extintas, de pleno direito, independentemente de aviso prévio ou indenização;

(c) for desligado da Companhia mediante demissão ou destituição do seu cargo por justa causa, todas as Opções que lhe tenham sido concedidas, sejam elas Vested ou Non-Vested, restarão automaticamente extintas, de pleno direito, independentemente de aviso prévio ou indenização, sem prejuízo de eventual exercício pela Companhia de direito de recompra das ações detidas por tal Participante, nos termos do Contrato; e

(d) desligar-se da Companhia por aposentadoria compulsória: (i) as Opções Non-Vested passarão a ser automaticamente exercíveis, antecipando-se o prazo de carência, para que possam ser exercidas pelo Participante em até 12 meses contados da data de desligamento, após o que restarão automaticamente extintas, de pleno direito, independentemente de aviso prévio ou indenização; e (ii) as Opções Vested permanecerão inalteradas, podendo ser exercidas normalmente, observados os prazos, termos e condições do Contrato.

Na hipótese de falecimento ou invalidez permanente do Participante, os direitos decorrentes das Opções estender-se-ão a seus herdeiros e sucessores e as Opções poderão ser exercidas observadas as seguintes disposições:

a) as Opções Non-Vested passarão a ser automaticamente exercíveis, antecipando-se o prazo de carência, para que possam ser exercidas pelos Participantes ou pelos herdeiros ou sucessores do Participante, conforme for o caso, por um período de um ano a contar da data do óbito ou desligamento por invalidez permanente; e

b) as Opções Vested na data do óbito ou desligamento por invalidez permanente permanecerão inalteradas, podendo ser exercidas normalmente, observados os prazos, termos e condições do Contrato.

13.5. INFORMAÇÃO, POR ÓRGÃO, SOBRE AS PARTICIPAÇÕES DETIDAS POR MEMBROS DO CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO, DIRETORIA ESTATUTÁRIA E DO CONSELHO FISCAL

Sociedade e Órgão	Quantidade Total de Ações/Quotas	% com Relação ao Capital Social
Inbrands S.A.	94.896.720	100
Conselho de Administração	1.798.617	1,90
Diretoria	2.862.528	3,02
Total	4.661.145	4,92
Luminosidade Marketing & Produções S.A.	255.000	100
Conselho de Administração	1	0,0003
Diretoria	0	0
Total	1	0,0003
Lumi5 Propaganda, Marketing e Eventos Ltda.	5.000	100
Conselho de Administração	0	0
Diretoria	0	0
Total	0	0
Tommy Hilfiger do Brasil S.A.	47.996.480	50%
Conselho de Administração	0	0
Diretoria	0	0
Total	0	0

13.6 REMUNERAÇÃO BASEADA EM AÇÕES

A Companhia não possuía plano de opção de compra de ações no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2010. Não obstante, o primeiro programa foi aprovado pelo Comitê de Remuneração em 15 de abril de 2011 e nele foram outorgadas 1.133.888 opções, que posteriormente, em decorrência do desdobramento de ações aprovado pela Assembleia Geral Extraordinária realizada em 13 de junho de 2011, na proporção de quatro novas ações para cada ação ordinária emitida, passou a compreender o total de 4.535.552 opções. No segundo programa, aprovado pelo Comitê de Remuneração em 13 de junho de 2011, foram outorgadas 1.457.856 opções. No terceiro programa, aprovado pelo Comitê de Remuneração em 02 de abril de 2012, foram outorgadas 202.480 opções. Em virtude da redução do benefício e da outorga adicional de opções, no âmbito do primeiro programa, este perfaz atualmente o total de 3.685.136 opções. No quarto programa, aprovado pelo Comitê de Remuneração em 01 de junho de 2012, foram outorgadas 566.944 opções e canceladas e extintas 323.968 opções. No quinto programa, aprovado pelo Comitê de Remuneração em 31 de agosto de 2012, foram outorgadas 202.480 opções e canceladas e extintas 323.968 opções. No sexto programa, aprovado pelo Comitê de Remuneração em 19 de dezembro de 2012, foram outorgadas 1.781.824 opções e canceladas e extintas 1.619.840 opções. No sétimo programa, aprovado pelo Comitê de Remuneração em 11 de abril de 2013, foram outorgadas 809.920 opções e canceladas e extintas 404.960.

Quaisquer ações subscritas ou adquiridas pelo participante do programa em virtude do exercício das opções somente poderão ser negociadas, alienadas, cedidas ou transferidas após o prazo de três anos contados a partir da data da outorga das Opções correspondente a tais Ações.

Enquanto não forem exercidas e convertidas em ações, as opções não farão jus a dividendos ou juros sobre o capital próprio, nem terão direito de voto nem outro direito patrimonial ou político na Companhia.

O valor justo para os planos de opção de compra de ações foi calculado na data de outorga de cada plano e com base no modelo de precificação binomial. Os efeitos foram refletidos nas despesas operacionais, no resultado, e na rubrica "Reservas de lucros", no patrimônio líquido, como segue:

As tabelas abaixo apresentam a remuneração baseada em ações reconhecida nos resultados dos exercícios sociais encerrados em 31 de dezembro de 2013, 2012 e 2011:

Remuneração baseada em ações - exercício social encerrado em 31.12.2013

<u>Data da outorga e programa</u>	<u>No exercício findo em 31/12/13</u>	<u>Valores a registrar em períodos futuros</u>
15 de abril de 2011 - Primeiro Programa	14.752	131
13 de junho de 2011 - Segundo Programa	5.259	223
2 de abril de 2012 - Terceiro Programa	279	62
1º de junho de 2012 - Quarto Programa	556	62
31 de agosto de 2012 - Quinto Programa	240	101
19 de dezembro de 2012 - Sexto Programa	2.290	705
11 de abril de 2013 - Sétimo Programa	<u>148</u>	<u>187</u>
Total	<u>23.524</u>	<u>1.471</u>

A movimentação das opções de compra de ações para o exercício findo em 31 de dezembro de 2013 está apresentada a seguir:

	Primeiro Programa	Segundo Programa	Terceiro Programa	Quarto Programa	Quinto Programa	Sexto Programa	Sétimo Programa	Total
Total de opção de compra de ações	4.535.552	1.457.856	202.480	566.944	202.480	1.781.824	809.920	9.557.056
(+) Outorga de opções adicionais	80.992	-	-	-	-	-	-	80.992
(-) Opções canceladas	(2.875.216)	(323.968)	-	(404.960)	-	-	-	(3.604.144)
Saldo atual do número de opções de compra de ações em 31 de dezembro de 2013	<u>1.741.328</u>	<u>1.133.888</u>	<u>202.480</u>	<u>161.984</u>	<u>202.480</u>	<u>1.781.824</u>	<u>809.920</u>	<u>6.033.904</u>
Diluição potencial no caso do exercício de todas as opções	1,83%	1,19%	0,21%	0,17%	0,21%	1,88%	0,85%	6,36%

Na determinação do valor justo das opções de compra de ações, foram utilizadas as seguintes premissas econômicas:

	Primeiro Programa	Segundo Programa	Terceiro Programa	Quarto Programa	Quinto Programa	Sexto Programa	Sétimo Programa
Data da outorga	15/04/11	13/06/11	02/04/12	01/06/12	31/08/12	19/12/12	11/04/13
Início do prazo de exercício das opções	15/04/12	13/06/12	02/04/13	01/06/13	31/08/13	15/04/13	11/04/14
Término do prazo de exercício das opções	15/04/14	13/06/14	02/04/15	01/06/15	31/08/15	15/04/15	11/04/16
Taxa de juros livre de risco	12,75%	12,75%	12,75%	12,75%	12,75%	12,75%	12,75%
Número de administradores e funcionários elegíveis	4	2	1	2	1	1	1
Preço fixado - R\$	4,62	4,62	4,62	4,62	4,62	4,62	4,62
Indexador + 6% ao ano	IPCA	IPCA	IPCA	IPCA	IPCA	IPCA	IPCA
Número de opções em aberto	1.741.328	1.133.888	202.480	161.984	202.480	1.781.824	809.920
Valor justo da opção na data da outorga - por opção (R\$)	4,02 a 4,17	3,94 a 4,12	2,10	2,10	2,10	1,68	0,41
Valor da opção para 2012, corrigido pelo IPCA até 31 de dezembro de 2013 (R\$)	<u>8,97</u>	<u>8,97</u>	<u>8,97</u>	<u>8,97</u>	<u>8,97</u>	<u>8,97</u>	<u>8,97</u>

13.7 - INFORMAÇÕES SOBRE AS OPÇÕES EM ABERTO DETIDAS PELO CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO E PELA DIRETORIA ESTATUTÁRIA

a. Órgão; **b.** número de membros; **c.** em relação às opções ainda não exercíveis, informar: (i) quantidade; (ii) data em que se tornarão exercíveis; (iii) prazo máximo para exercício das opções; (iv) prazo de restrição à transferência das ações; (v) preço médio ponderado de exercício; (vi) valor justo das opções no último dia do exercício social

Opções em aberto ao final do exercício social encerrado em 31.12.2013

	Primeiro Programa	Segundo Programa	Terceiro Programa	Quarto Programa	Quinto Programa	Sexto Programa	Sétimo Programa
Data da outorga	15/04/11	13/06/11	02/04/12	01/06/12	31/08/12	19/12/12	11/04/13
Início do prazo de exercício das opções	15/04/12	13/06/12	02/04/13	01/06/13	31/08/13	15/04/13	11/04/14
Término do prazo de exercício das opções	15/04/14	13/06/14	02/04/15	01/06/15	31/08/15	15/04/15	11/04/16
Taxa de juros livre de risco	12,75%	12,75%	12,75%	12,75%	12,75%	12,75%	12,75%
Número de administradores e funcionários elegíveis	4	2	1	2	1	1	1
Preço fixado - R\$	4,62	4,62	4,62	4,62	4,62	4,62	4,62
Indexador + 6% ao ano	IPCA	IPCA	IPCA	IPCA	IPCA	IPCA	IPCA
Número de opções em aberto	1.741.328	1.133.888	202.480	161.984	202.480	1.781.824	809.920
Valor justo da opção na data da outorga - por opção (R\$)	4,02 a	3,94 a	2,10	2,10	2,10	1,68	0,41
Valor da opção para 2012, corrigido pelo IPCA até 31 de dezembro de 2013 (R\$)	<u>8,97</u>	<u>8,97</u>	<u>8,97</u>	<u>8,97</u>	<u>8,97</u>	<u>8,97</u>	<u>8,97</u>

13.8 EM RELAÇÃO ÀS OPÇÕES EXERCIDAS E AÇÕES ENTREGUES RELATIVAS À REMUNERAÇÃO BASEADA EM AÇÕES DO CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO E DA DIRETORIA ESTATUTÁRIA, NOS 3 ÚLTIMOS EXERCÍCIOS SOCIAIS

Não aplicável, pois não foram exercidas e/ou entregues ações como remuneração baseada em ações do Conselho de Administração e da Diretoria Estatutária, nos últimos 3 exercícios sociais.

13.9 MÉTODO DE PRECIFICAÇÃO DO VALOR DAS AÇÕES E DAS OPÇÕES

a. modelo de precificação

Em Assembleia Geral Extraordinária, realizada em 18 de março de 2011, foi deliberado e aprovado nosso Plano de Opção de Compra de Ações ("Plano"), com o objetivo de outorgar opções de compra de ações ordinárias a determinados membros da nossa Administração e a nossos empregados e de nossas controladas ou coligadas. O primeiro programa foi aprovado pelo Comitê de Remuneração em 15 de abril de 2011 e nele foram outorgadas 1.133.888 opções, que posteriormente, em decorrência do desdobramento de ações aprovado pela Assembleia Geral Extraordinária realizada em 13 de junho de 2011, na proporção de quatro novas ações para cada ação ordinária emitida, passou a compreender o total de 4.535.552 opções. No segundo programa, aprovado pelo Comitê de Remuneração em 13 de junho de 2011, foram outorgadas 1.457.856 opções. No terceiro programa, aprovado pelo Comitê de Remuneração em 02 de abril de 2012, foram outorgadas 202.480 opções. Em virtude da redução do benefício e da outorga adicional de opções, no âmbito do primeiro programa, este perfaz atualmente o total de 3.685.136 opções. No quarto programa, aprovado pelo Comitê de Remuneração em 01 de junho de 2012, foram

outorgadas 566.944 opções e canceladas e extintas 323.968 opções. No quinto programa, aprovado pelo Comitê de Remuneração em 31 de agosto de 2012, foram outorgadas 202.480 opções e canceladas e extintas 323.968. No sexto programa, aprovado pelo Comitê de Remuneração em 19 de dezembro de 2012, foram outorgadas 1.781.824 opções e canceladas e extintas 1.619.840 opções. No sétimo programa, aprovado pelo Comitê de Remuneração em 11 de abril de 2013, foram outorgadas 809.920 opções e canceladas e extintas 404.960. O preço de exercício para os programas será de R\$4,62024 por ação a ser corrigido pela variação do IPCA, acrescido de 6% ao ano, desde 26 de março de 2008 (data do ingresso do Fundo de Investimento em Participações – PCP como acionista da Companhia) até a data do efetivo pagamento, ajustado pelos dividendos e juros sobre capital próprio por ação que venham a ser pagos pela Companhia. Os participantes terão o direito de exercer a cada 12 meses da data de início do programa, 1/3 de suas opções (vesting).

Para cálculo do valor justo das opções foi contratada a FIPECAFI (Fundação Instituto de Pesquisas Contábeis, Atuariais e Financeiras, da FEA-USP), que, dadas as características do plano e na tentativa de melhor refletir o desenho do mesmo, adotou o modelo binomial de precificação de opções, que está baseado em premissas subjetivas como a volatilidade, ou seja, a sua tendência histórica em aumentar ou diminuir em um certo período de tempo. Este modelo é o mais indicado para incorporar os efeitos esperados de exercício antecipado e o mais acurado em termos de apuração do valor justo da opção pois incorporam hipóteses sobre o comportamento do exercício por parte dos outorgados, a expectativa de vida da opção lançada e as alterações esperadas na volatilidade do preço de opção. Além disso, mudanças esperadas nos dividendos, na volatilidade e na expectativa de vida das opções conseguem ser capturadas.

b. dados e premissas utilizadas no modelo de precificação, incluindo o preço médio ponderado das ações, preço de exercício, volatilidade esperada, prazo de vida da opção, dividendos esperados e a taxa de juros livre de risco

Dados e premissas do modelo:

(i) Preço de exercício das opções: R\$4,62024 por ação a ser corrigido pela variação do IPCA, acrescido de 6% ao ano desde 26 de março de 2008 até a data do efetivo pagamento ajustado pelos dividendos e juros sobre capital próprio por ação que venham a ser pagos pela companhia.

(ii) Preço estimado da ação objeto: o preço na data da outorga foi estimado em R\$11,00, preço estipulado como mínimo para uma eventual oferta de ações da Companhia.

(iii) Taxa média de retorno livre de risco para os próximos quatro anos: estrutura a termo com vértice 1008 da taxa pré-fixada (ANDIMA, 15 de julho de 2011), sendo estimada em 12,75% ao ano.

(iv) Taxa de cancelamento estimada: zero.

(v) Volatilidade esperada: modelo de volatilidade histórica, baseado na série de preços (excluindo-se dividendos) da Restoque entre 28 de abril de 2008 e 29 de junho de 2011, no valor de 51,64%.

(vi) Rendimento esperado dos dividendos: 25% do lucro líquido previsto pela Companhia para os próximos anos.

c. método utilizado e as premissas assumidas para incorporar os efeitos esperados de exercício antecipado

Não houve exercício antecipado até o momento.

d. forma de determinação da volatilidade esperada

Para o cálculo da volatilidade do preço da ação no Plano, considerou-se uma aproximação utilizando um índice que seja representativo do setor econômico no qual atuamos, em função de a Companhia não possuir uma série histórica de cotações em bolsa. A Restoque é a empresa brasileira do setor listada em bolsa que mais se assemelha à Companhia e possui negociações diárias de suas ações em bolsa, oferecendo uma amostra estatisticamente satisfatória de cotações para o cálculo da volatilidade anual. Sendo assim, como proxy da volatilidade esperada foi utilizada a série histórica de preços das ações ordinárias da Restoque (excluindo-se dividendos) entre 28 de abril de 2008 e 29 de junho de 2011, no valor de 51,64%.

e. se alguma outra característica da opção foi incorporada na mensuração de seu valor justo

Nada além do exposto acima foi incorporado na mensuração do valor justo.

13.10 PLANOS DE PREVIDÊNCIA.

Não aplicável, visto que não conferimos planos de previdência aos membros do Conselho de Administração e aos diretores estatutários.

13.11 –REMUNERAÇÃO INDIVIDUAL MÁXIMA, MÍNIMA E MÉDIA DO CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO, DA DIRETORIA ESTATUTÁRIA E DO CONSELHO FISCAL.

Valores Anuais:

	Diretoria Estatutária			Conselho de Administração		
	31/12/2013	31/12/2012	31/12/2011	31/12/2013	31/12/2012	31/12/2011
Nº de membros	6	5	5	5	5	7;10
Valor da Maior Remuneração	925.000,00	949.789,00	557.870,00	0,00	0,00	0,00
Valor da Menor Remuneração	332.735,00	362.520,00	249.013,00	0,00	0,00	0,00
Valor Médio da Remuneração	526.738,71	679.553,00	401.133,00	0,00	0,00	0,00

13.12 MECANISMO DE REMUNERAÇÃO INDENIZAÇÃO

Não possuímos arranjos contratuais, apólices de seguros ou outros instrumentos que estruturam mecanismos de remuneração ou indenização para nossos administradores em caso de destituição do cargo ou aposentadoria.

13.13 PERCENTUAL DAS PARTES RELACIONADAS NA REMUNERAÇÃO

Órgão	2013
Conselho de Administração	0,00
Diretoria Estatutária	100,00
Conselho Fiscal	0,00
Órgão	2012
Conselho de Administração	0,00
Diretoria Estatutária	20,00
Conselho Fiscal	0,00

Órgão	2011
Conselho de Administração	80,00
Diretoria Estatutária	16,37
Conselho Fiscal	0,00

13.14 REMUNERAÇÃO – OUTRAS FUNÇÕES

Não aplicável, tendo em vista que, nos exercícios sociais encerrados em 31 de dezembro de 2011, 2010 e em 31 de dezembro de 2009 os administradores não receberam remuneração por qualquer outra razão que não a função que ocupam.

13.15 REMUNERAÇÃO RECONHECIDA – CONTROLADOR/CONTROLADA

Exercício Social Encerrado em 31.12.2013:

	Conselho de Administração	Diretoria Estatutária	Conselho Fiscal	Total
Controladores diretos e indiretos	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00
Controladas	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00
Sociedades sob controle comum	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00

Exercício Social Encerrado em 31.12.2012:

	Conselho de Administração	Diretoria Estatutária	Conselho Fiscal	Total
Controladores diretos e indiretos	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00
Controladas	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00
Sociedades sob controle comum	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00

Exercício Social Encerrado em 31.12.2012:

	Conselho de Administração	Diretoria Estatutária	Conselho Fiscal	Total
Controladores diretos e indiretos	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00
Controladas	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00
Sociedades sob controle comum	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00

13.16 OUTRAS INFORMAÇÕES RELEVANTES - REMUNERAÇÃO

Todas as informações que julgamos relevantes para esta Seção 13 foram disponibilizadas nos itens anteriores.